

Curso Tecnológico de Acção Social

Programa de Práticas de Animação Sociocultural

12º Ano

Autores

Angelina Costa (Coordenadora)
Ana Sofia Rodrigues
João Geraldes

Homologação
02/06/2006

Índice

	Pág.
I – Introdução	2
II – Apresentação do Programa	5
Finalidades	5
Objectivos e Competências Gerais	6
Visão Geral dos Temas/Conteúdos	7
Sugestões Metodológicas Gerais	9
Recursos	18
Avaliação	19
III – Desenvolvimento do Programa	21
IV – Bibliografia	50
V – Anexos	54

I – Introdução

Em qualquer das suas modalidades, a animação adquiriu grande importância nas sociedades ocidentais da actualidade. Este facto deve-se ao papel que tem vindo a desempenhar como metodologia e como prática no fomento da democracia. A Animação Sociocultural (ASC), em particular, emergiu das comunidades em determinadas circunstâncias históricas e muitos profissionais têm trabalhado na utopia da mudança social.

A finalidade de potenciar e de desenvolver as capacidades humanas de relação, de convivência e de interajuda tem feito acreditar, como afirmam Quintas e Sánchez (1999:5) «que tudo é possível se as pessoas se reúnem para criar projectos comuns e participativos na procura de maior qualidade de vida e de um renovado bem-estar social». Parece haver uma necessidade generalizada de vivenciar a solidariedade e o compromisso. Como produtores de inquietude, os animadores têm-se mostrado vitalizadores do social.

Embora a actividade em si venha de tempos imemoriais, o termo foi utilizado pela primeira vez nos anos 60, na Europa, concretamente em França e na Bélgica, para designar um conjunto de acções com o objectivo de gerar a participação das pessoas na vida social. É neste sentido que, em 1994, no Livro Branco da Política Social, se refere a necessidade de recuperar o tecido social, substituindo uma solidariedade passiva e administrativa por uma solidariedade mais activa, baseada na responsabilidade civil.

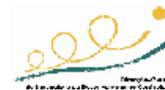
A ASC, como elemento integrante das políticas sociais, intervém nas realidades sociais. Ou seja, apresenta uma dupla faceta. Por um lado, deve estar contextualizada, adaptada à realidade concreta sobre a qual se quer actuar. Por outro, o conceito de desenvolvimento que lhe está subjacente obriga a ter em conta, não a realidade que existe, mas aquela que os cidadãos desejam que exista.

Uma das características mais evidentes da ASC tem sido a sua ambiguidade. Esta questão decorre da existência de várias condições, entre as quais está o facto de a animação poder ser considerada uma profissão específica, mas também um estilo ou uma atitude de outras profissões. Outra está relacionada com o facto de o seu desenvolvimento ser caracterizado por dinâmicas e processos que irrompem constantemente em novos espaços individuais, grupais e sociais. Em consequência, a tarefa de delimitação conceptual vê-se submetida a permanente revisão. Por isso, o universo da ASC é amplo, muito diverso e de contornos bastante difusos. O que dificulta a tarefa de organizar ou de sistematizar os diferentes âmbitos, instituições, programas, actividades ou tipo de intervenção que configuram a sua realidade.

Outra característica da ASC é ter nascido e ter-se mantido em contacto íntimo com as realidades sociais concretas, o que a vinculou directamente ao campo de acção. Este predomínio da prática sobre a teoria foi constante na sua génese, configuração e desenvolvimento. Com a prática, geralmente, à frente da reflexão, o posicionamento metodológico acção/reflexão/acção tornou-se predominante.

Assim, o percurso histórico, epistemológico e funcional da ASC confere uma identidade própria cujos pressupostos teóricos se concretizam em projectos aplicáveis em qualquer campo, sem atraiçoar a filosofia e o modelo de acção em que se inspiram.

Pode dizer-se que a ASC pressupõe: a) uma concepção dinâmica do ser humano e do social; b) indivíduos e grupos responsáveis e comprometidos na definição e na gestão da sua comunidade, e dos interesses e aspirações da mesma; c) uma tecnologia participativa e ajustada a cada situação. A ASC é muito mais do que um conjunto de práticas criativas e



participativas. Implica uma filosofia de vida, uma concepção de Homem e de sociedade e, ao mesmo tempo, uma forma de fazer e de viver caracterizada por um projecto de pessoa e de sociedade na qual cada indivíduo constrói o seu próprio destino, com os outros, no contexto da sua comunidade.

Sobre o posicionamento do animador, as tendências têm oscilado entre um modelo de animador como «interventor», outorgando-lhe um sentido externo, no qual animar seria igual a «dar vida», e um modelo de animador como «mediador», com um carácter imanente, em que animar seria igual a «pôr em relação». Embora muitas vezes esta dupla função esteja interligada, é a partir da consciência destas diferentes posições que se pode desenhar a sua formação.

Nos diversos encontros europeus relacionados com Desenvolvimento, têm sido constantes as recomendações face à formação dos animadores. No caso da ASC, a sua existência e proliferação, assim como a sua crescente demanda social em número cada vez maior de países, justifica a necessidade de estabelecer uma formação específica que possibilite a continuidade, consolidação e eficácia, uma vez passada a fase de espontaneidade, improvisado e activismo. Ainda que a necessidade de articular a formação dos animadores seja consensual, existem dificuldades em delinear programas formativos comuns e específicos. Razão disto é a já referida heterogeneidade tanto ao nível das actividades e das funções, como da forma de as levar a cabo.

Um dos aspectos importantes relacionados com a formação destes técnicos prende-se com as saídas profissionais para que não se corra o risco de formar um «especialista de coisa nenhuma». A análise da realidade portuguesa balizou a concepção do programa da disciplina de 12º ano de Práticas de Animação Sociocultural, uma das especificações da Área Tecnológica Integrada (ATI) do Curso Tecnológico de Acção Social, com uma carga horária de 120 unidades lectivas de 90 minutos, correspondente a 180 horas.

Outras preocupações estiveram subjacentes: o perfil dos técnicos de acção social e o seu enquadramento no mundo do trabalho, o nível etário dos alunos, a ideia generalizada de animação como «tábua de salvação» ou a onipotência do desejo de resolução de «todos os problemas do mundo». Estes factores poderão estar na origem de questões posteriores relacionadas com a eficácia, o prestígio e a autenticidade da prática profissional.

Desta forma, tentou-se integrar a formação com a acção, sendo a equipa e o grupo de trabalho o eixo fundamental, promovendo o carácter horizontal das aprendizagens. A ideia foi passar de um Programa estático, que sanciona a informação, a um Programa dinâmico, que sanciona a experiência e que resulta de projectos de acção realizados, confrontados e avaliados. Daí o trabalho simultâneo nos três módulos propostos.

Pode então dizer-se, em traços gerais, que este Programa procura tornar claro um saber – corpo teórico transdisciplinar – e um saber-fazer – criação de laços entre o experimentar e o sentir a experimentação. Pretende-se fomentar a construção de uma identidade profissional e, ao mesmo tempo, ajudar a estruturar uma identidade pessoal, saber ser. Daí a necessidade de experimentação das técnicas e dos projectos, que são apanágio dos animadores socioculturais. Estas vivências abrangem uma dupla finalidade, a formação pessoal e a necessidade de auto-actualização.

Na disciplina de Práticas de Animação Sociocultural, procura-se confluir aquisições, ao nível da aprendizagem, das disciplinas de Psicologia, de Técnicas de Expressão e de Comunicação, de Saúde e Socorrismo e de Práticas de Acção Social na elaboração de pequenos projectos de animação e na prática de diferentes técnicas. Assume-se esta experimentação como formação pessoal e o cruzamento das disciplinas acima citadas com o corpo teórico específico da animação sociocultural como formação académica.

Os futuros técnicos de acção social serão indivíduos que estão no terreno, na relação directa com as pessoas e os grupos-alvo do projecto de animação sociocultural. O produto final deste trabalho é a transformação social, através da participação directa, do desenvolvimento social e



da promoção da qualidade de vida. Mobilizar as pessoas é sempre uma forma de as tirar da rotina, o que pode ser sentido como provocação. É uma forma de não viver passiva e acriticamente a realidade, mas antes ter consciência e agir sobre ela. Qualquer que seja a área em que o animador trabalhe, ele será sempre um agente de mudança. Para isso, deverá estar preparado pessoal e profissionalmente.

«As regras são fixas, mas existem variações infinitas (...) também há uma regra geral do jogo, a qual diz que nenhuma regra é absolutamente final; que em certas circunstâncias, podem ser alteradas e combinadas num jogo mais sofisticado, o qual proporciona uma forma superior de unidade e uma variedade ainda maior; a isso damos o nome de potencial criativo do indivíduo».

Pensa-se que este desenho programático poderá permitir formar animadores solidários e comprometidos, capazes de trabalhar em parceria e de promover o desenvolvimento pessoal e social de si próprios e daqueles junto de quem trabalham.

II – Apresentação do Programa

Finalidades

As finalidades da disciplina de Práticas de Animação Sociocultural decorrem das finalidades estabelecidas para os cursos tecnológicos em geral e para aquele em que ela se encontra inserida. A partir da definição do perfil dos técnicos que se pretendem formar, foi desenhado o currículo dos cursos, sendo as disciplinas e respectivos programas os meios para se atingir esse perfil. O Programa foi orientado no sentido de promover a solidez de conhecimentos nesta área a par e passo, com a experimentação e vivência de situações concretas.

As orientações definidas para as disciplinas de especificação dos cursos tecnológicos obedecem aos seguintes princípios gerais:

- a) contribuir para o desenvolvimento de uma cultura e identidade da área profissional em que se insere;
- b) proporcionar uma formação eminentemente técnica, tecnológica e prática, direccionando a formação tecnológica para o desenvolvimento e o aprofundamento de competências adequadas ao exercício de uma profissão ou família de profissões, no quadro do curso tecnológico em que se insere;
- c) ser devidamente articulada com as aprendizagens desenvolvidas nas disciplinas da componente de formação tecnológica e com o Projecto Tecnológico e contribuir, de forma consequente, para a realização da Prova de Aptidão Tecnológica (PAT) e para uma cultura profissional do aluno;
- d) contemplar aprendizagens no âmbito da formação em saúde, higiene e segurança no trabalho, a incluir ao longo de todo o programa, de modo a promover o desenvolvimento de competências específicas na área profissional da sua formação;
- e) contribuir para o desenvolvimento de capacidades de autonomia, criatividade e iniciativa, geradoras de um espírito empreendedor.

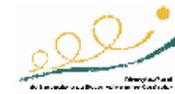
Assim, são finalidades da disciplina de Práticas de Animação Sociocultural:

1. A partir do trabalho sobre os conteúdos programáticos, fomentar a aquisição de conhecimentos e de instrumentos de leitura, que permitam uma melhor compreensão da intervenção social na área da Animação Sociocultural.
2. A partir da reflexão sobre o comportamento, as convicções e os valores próprios e dos outros, estimular o desenvolvimento pessoal e social, que permita uma melhor relação consigo próprio e com os grupos de trabalho futuros.
3. A partir da resolução de problemas e da realização de projectos, promover o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício profissional, que permitam uma inserção profissional ajustada.



Objectivos e Competências Gerais

	Objectivos ao nível cognitivo	Objectivos ao nível dos valores e das atitudes	Objectivos ao nível das capacidades
	<p>Prospectivar uma identidade profissional</p> <p>Construir um saber profissional</p> <p>Experimentar um fazer profissional</p>	<p>Desenvolver a consciência, o respeito e a valorização da diferença</p> <p>Desenvolver a solidariedade para com os outros e a participação social</p> <p>Desenvolver a honestidade e o rigor intelectual</p>	<p>Desenvolver as capacidades de problematizar e de avaliar criticamente situações e comportamentos</p> <p>Desenvolver as capacidades de participação e de intervenção nos contextos em que se encontra inserido</p> <p>Desenvolver as capacidades de relação consigo próprio e com os outros</p>
Competências ao nível do saber	<p>Adoptar quadros de referência teóricos dos processos individuais, sociais e culturais, a partir da descrição, do conhecimento, da identificação, da caracterização, da relação, da análise e da avaliação de teorias, de fenómenos, de comportamentos e de situações</p> <p>Utilizar conceitos específicos da Acção Social e da Animação Sociocultural</p>		
Competências ao nível do saber-fazer	<p>Adquirir/Desenvolver hábitos de trabalho individual e em equipa</p> <p>Pesquisar de forma autónoma e utilizar critérios de qualidade na selecção da informação</p> <p>Mobilizar conhecimentos para fundamentar e argumentar ideias</p> <p>Comunicar ideias, oralmente ou por escrito, com correcção linguística</p> <p>Utilizar as tecnologias da informação e comunicação</p> <p>Elaborar e desenvolver projectos de intervenção</p>		
Competências ao nível do saber-ser	<p>Iniciativa, empenho e responsabilidade nas tarefas e nas relações</p> <p>Criatividade e inovação no pensamento e no trabalho</p> <p>Descentração de si, capacidade de diálogo, de negociação e de cooperação com os outros</p> <p>Curiosidade intelectual, espírito crítico e de questionamento face à informação e às situações</p> <p>Flexibilidade e abertura à mudança</p>		



Visão Geral dos Temas/Conteúdos

MÓDULO A. IDENTIDADE PROFISSIONAL

Tema 1. Identidade Pessoal

- 1.1. Identidade Social
- 1.2. Capacidades e Competências Pessoais

Tema 2. Identidade Técnica

- 2.1. Estatuto
- 2.2. Perfil

MÓDULO B. SABER PROFISSIONAL

Tema 3. Dimensões Estruturadoras

- 3.1. Dimensão do Social
- 3.2. Dimensão da Cultura
- 3.3. Dimensão da Educação
- 3.4. Dimensão do Desenvolvimento

Tema 4. Dimensões Enquadradoras

- 4.1. Dimensão Conceptual
- 4.2. Dimensão Contextual

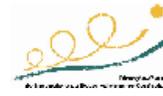
MÓDULO C. FAZER PROFISSIONAL

Tema 5. Metodologia da Animação

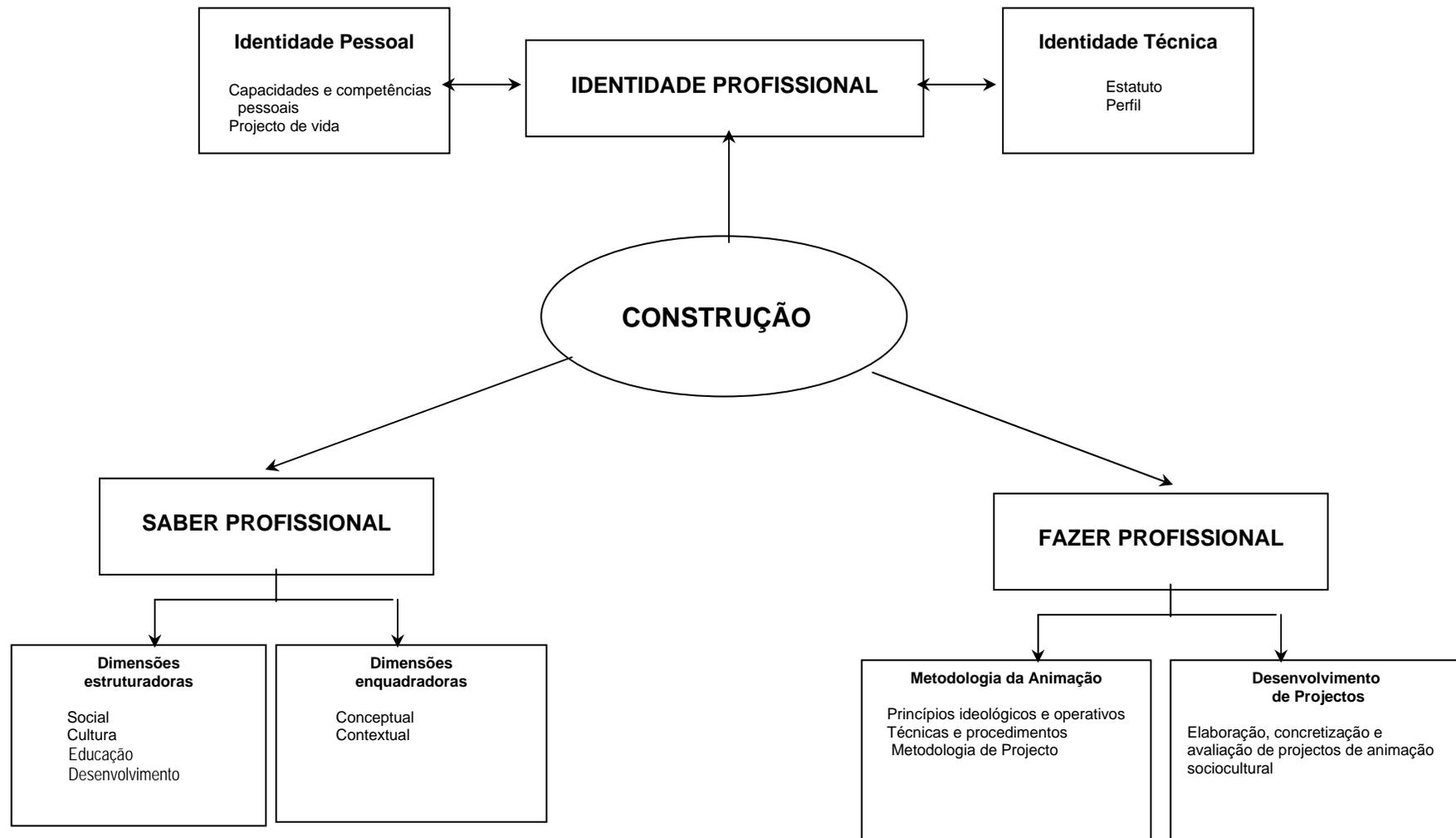
- 5.1. Princípios Ideológicos e Operativos
- 5.2. Técnicas e Procedimentos
- 5.3. Metodologia de Projecto

Tema 6. Desenvolvimento de Projectos

Elaboração, concretização e avaliação de projectos de Animação Sociocultural



Esquema 1. Mapa conceptual do programa de Práticas de Animação Sociocultural



Sugestões Metodológicas Gerais

- **De desenvolvimento do programa**

O objectivo geral do **módulo A** é que os alunos sejam capazes de prospectar a sua identidade profissional através da reflexão sobre questões relacionadas com a sua identidade pessoal (Tema 1) e técnica (Tema 2). É importante compreender a importância do desenvolvimento pessoal e social e de uma identidade técnica bem estruturada para um exercício profissional de qualidade.

No **Tema 1**, dever-se-á partir de conceitos aprendidos na disciplina de Psicologia A, como os de identidade pessoal e social, trabalhando os factores que influenciam a construção da nossa identidade e dando particular importância à simbologia cultural. Este último aspecto é fundamental para o trabalho com determinados grupos-alvo, nomeadamente os de etnias diferentes. É importante que os alunos compreendam a influência do modo como nos vemos a nós próprios e aos outros nas relações que estabelecemos com eles, sejam essas relações pessoais ou profissionais. Importa ainda reflectir sobre o sentido que nós e os outros damos às nossas experiências e percursos de vida e às escolhas e decisões que tomamos. Poder-se-á utilizar a construção de narrativas pessoais. Os conceitos de *auto-conceito* e de *auto-estima*, os de *atribuição causal* e *locus of control*, também já abordados em Psicologia, deverão ser relacionados com as exigências ao nível das capacidades e das competências pessoais e profissionais. Neste tema, os alunos deverão adquirir consciência de dois aspectos fundamentais para o exercício profissional, os processos que nos permitem delinear projectos de vida e o facto de eles próprios, enquanto pessoas, serem o seu instrumento de trabalho na relação com os outros.

No **Tema 2**, dever-se-á abordar as questões específicas relacionadas com o estatuto e o perfil profissional dos animadores socioculturais. Relativamente ao estatuto, deverão ser analisadas as diferentes tipologias de intervenção, a forma como elas dependem dos contextos e da natureza dos projectos e como influenciam a relação com as instituições e os grupos de trabalho. Os eixos fundamentais da relação contratual, animador, instituição e grupo, serão objecto de trabalho, bem como as questões éticas e deontológicas. As concepções de aprendizagem e de desenvolvimento ao longo da vida deverão ser o pano de fundo na abordagem destas questões. O documento que apresenta o perfil do técnico de acção social (cf. Anexo 1 do programa) e as expectativas dos alunos face ao exercício profissional devem ser pontos de partida. A contribuição do psicólogo de orientação escolar e vocacional pode mostrar-se importante na abordagem deste primeiro módulo.

O objectivo geral do **módulo B** é que os alunos sejam capazes de construir um saber profissional através da reflexão sobre questões relacionadas com as dimensões que estruturam (Tema 3) e enquadram (Tema 4) a actividade dos animadores socioculturais.

No **Tema 3**, dever-se-á abordar as dimensões social, cultural, educativa e do desenvolvimento que estruturam a acção destes técnicos. Para além dos conceitos fundamentais de cada dimensão, é importante que os alunos tomem contacto e articulem necessidades com políticas de intervenção em cada um destes domínios, consciencializando que a dimensão do desenvolvimento é integradora de todas as outras. Poderão tomar contacto e desenvolver projectos nas diferentes dimensões quer através de visitas institucionais, quer através de acções dirigidas aos próprios alunos, por exemplo assistir a um espectáculo, ou dirigidas à comunidade escolar, por exemplo organizar um evento específico, uma acção de sensibilização.

No **Tema 4**, dever-se-á abordar as dimensões conceptual e contextual que enquadram a acção destes técnicos. Num primeiro momento, trata-se fundamentalmente de delimitar o âmbito de intervenção dos animadores socioculturais e de compreender o impacto da sua intervenção em

termos sociais, apontando claramente para metodologias participativas e de parceria e para a promoção do desenvolvimento e da qualidade de vida das populações. Num segundo momento, trata-se de identificar os espaços e as instituições de desenvolvimento de projectos de animação.

O objectivo do **módulo C** é experimentar um fazer profissional através da aquisição da metodologia de trabalho específica deste grupo profissional (Tema 5) e do desenvolvimento de projectos de animação sociocultural (Tema 6). É importante que seja dada oportunidade aos alunos de desenvolverem, organizados em grupos com diferentes dimensões, pequenos projectos de animação que poderão, inclusive, ser dirigidos à comunidade escolar onde estão inseridos.

No **Tema 5**, dever-se-á abordar os princípios que balizam a acção destes técnicos ao nível ideológico, operativo e de equipa. Devem tomar contacto e experimentar diferentes técnicas de trabalho. Enquadrou-se neste tema uma sensibilização às questões da saúde, higiene e segurança no trabalho por fazerem parte dos procedimentos necessários ao exercício profissional. Muitas destas questões foram abordadas quer na disciplina de Saúde e Socorrismo, quer na de Psicologia quando se trabalharam as características e as necessidades específicas de diferentes grupos etários. A metodologia de projecto deve aqui assumir um papel fundamental.

No **Tema 6**, dever-se-á abordar, com uma visão global, a acção do animador sociocultural a partir do desenvolvimento de projectos de animação.

A gestão dos conteúdos programáticos deve ser organizada de modo a que **os três módulos sejam trabalhados de modo integrado uns com os outros**. Isto significa que, ao mesmo tempo que os alunos vão desenvolvendo pequenos trabalhos de projecto, vão aprendendo as metodologias e técnicas necessárias para os desenvolver e vão reflectindo sobre a sua identidade profissional. O trabalho pode iniciar-se em situações abstractas ou teóricas desenvolvidas por outros, passando para situações de simulação e depois para situações concretas. Ou pode seguir um qualquer percurso diferente, começando, por exemplo, por uma situação concreta e, a partir da avaliação da mesma, fazer as reflexões e os ajustes necessários nas práticas vividas.

Seria conveniente que os tempos lectivos respeitantes a esta disciplina se concentrassem, pelo menos, num dia da semana, de modo a que o trabalho pudesse decorrer sob a forma de seminário, dando, ao mesmo tempo, mobilidade suficiente ao grupo para poder efectuar quer saídas da escola, quer a oportunidade de desenvolver projectos.

- **De articulação com o Projecto Tecnológico e com o Estágio**

O Programa da disciplina de Práticas de Animação Sociocultural foi estruturado de modo a recolher e a integrar as aprendizagens efectuadas em todas as outras disciplinas do currículo e deverá estar intimamente relacionado com o projecto tecnológico e com o estágio, inseridos, tal como a disciplina de especificação, na Área Tecnológica Integrada (ATI) da componente de formação tecnológica.

Sugere-se que as três áreas curriculares, especificação, projecto tecnológico e estágio, sejam leccionadas pelo mesmo professor. Este facto permitirá uma real interdependência entre elas, facilitando a gestão de todo o trabalho. Se o projecto tecnológico está mais orientado para a organização da Prova de Aptidão Tecnológica (PAT), esta deverá ser o resultado de todo o trabalho realizado quer no estágio, quer na disciplina de especificação.

A disciplina de especificação, pelo seu desenho curricular, permite que sejam desenvolvidos, ao longo do ano, quer na escola, quer na comunidade, pequenos projectos de intervenção ao nível da animação sociocultural. Saliente-se que a escola é um espaço privilegiado de desenvolvimento destes projectos. Isto implicará uma planificação cuidada, logo no início do

ano lectivo, quer do tipo de projecto a desenvolver, diversificando as áreas de intervenção, quer do seu tempo de execução e avaliação.

Sugere-se que o estágio possa ser desenvolvido no início do ano escolar, ou em períodos nunca inferiores a 15 dias, ao longo do ano, de modo a que os alunos tragam para a disciplina de especificação as questões e os problemas com que se foram confrontando nas situações reais de trabalho.

Deste modo, a Prova de Aptidão Tecnológica reflectirá projectos concretos, desenvolvidos no estágio e na disciplina de especificação e não projectos abstractos que poderão estar muito bem desenhados em termos teóricos, mas aos quais faltará a riqueza do confronto com as práticas do quotidiano.

- **De gestão das unidades lectivas**

O programa de Práticas de Animação Sociocultural organiza-se num total de 120 unidades lectivas de 90 minutos, organizadas em 21 semanas, num total de 180 horas. Para cada um dos módulos, estabelece-se a seguinte distribuição de carga horária:

Módulo A	Módulo B	Módulo C
20 unidades lectivas Total: 30 horas	40 unidades lectivas Total: 60 horas	60 unidades lectivas Total: 90 horas

- **De gestão dos objectivos gerais e de aprendizagem**

Os objectivos gerais de nível cognitivo, atitudinal e de capacidade, atrás expressos, cruzam-se, no mesmo quadro, com as competências a desenvolver. A sua operacionalização traduz-se, para os objectivos de nível cognitivo, nos objectivos globais e de aprendizagem de cada tema, e para os objectivos de nível atitudinal e de capacidade, nas metodologias a utilizar.

Os objectivos de aprendizagem de cada tema foram definidos em termos de comportamentos finais por serem facilitadores, para os alunos, da compreensão do que se espera deles e por serem mais facilmente organizadores de actividades de avaliação.

Para cada tema, os quadros que apresentam os objectivos de aprendizagem e respectivos conteúdos são seguidos de roteiros de trabalho, organizados a partir de um conjunto de questões, em que o nível de aprofundamento, tarefa normalmente deixada aos manuais escolares, está expresso. Então, para cada objectivo e respectivo conteúdo apresentam-se os conceitos que deverão ser trabalhados, bem como a sua sequência, relações entre eles e grau de aprofundamento.

As palavras-chave, introduzidas nos mesmos quadros, não devem, de forma alguma, ser consideradas como conceitos a serem definidos, mas tão-só como termos orientadores da aprendizagem. Como reflectem, normalmente, a linguagem científica específica desta área, devem ser incorporados no discurso dos alunos.

- **De metodologia de trabalho**

A elaboração deste Programa orientou-se pela convicção de que só há aprendizagem se ela for significativa. Deste modo, o processo de aprendizagem é um processo pessoal do aluno, do qual ele deve ter consciência e controlo e no qual estão envolvidos o professor, o currículo, o contexto e a avaliação. O processo de aprendizagem significativa implica a negociação e o

planeamento de um percurso de significações que pressupõe, por parte do aluno, os ancoradouros adequados e a predisposição para a aprendizagem.

Importa construir uma metodologia global de trabalho que resulte do conjunto de pressupostos teóricos, sobre a aprendizagem, que balizam este Programa. São as metodologias que permitem desenvolver, ao mesmo tempo que a aquisição do saber e do saber-fazer e pensar, objectivos a nível atitudinal e de capacidade e as competências a nível do ser.

Deste modo, propõe-se o recurso a metodologias que promovam a pesquisa autónoma, embora orientada, através da construção de *portfolios*. Estes, abrem um vasto leque de possibilidades quanto aos objectivos a atingir, quanto à construção de critérios de avaliação e quanto à promoção da motivação e do sucesso dos alunos. O confronto com problemas que estimulem o conflito cognitivo, a discussão e os debates, a pesquisa e a recolha de informação, a construção de mapas conceptuais, deverão ser os suportes do trabalho de *portfolio*. Esta forma de desenvolver o programa implica que teoria e prática sejam indissociáveis na construção do conhecimento e no desenvolvimento das aprendizagens. Os *portfolios* deverão incorporar necessariamente os projectos desenvolvidos, o seu percurso e a respectiva avaliação (do próprio, do professor e de outros intervenientes).

As estratégias sugeridas poderão ser completadas com a leitura, análise e discussão de textos, científicos (teóricos ou de investigações), literários, jornalísticos, banda desenhada, letras de música, etc. As notícias, filmes e vídeos, diapositivos, CD-ROM, bem como informação disponível na Internet, são auxiliares valiosos. Ou ainda o convite a especialistas para se deslocarem à escola ou as visitas a instituições.

Relativamente às visitas institucionais, sugere-se que estas sejam efectuadas com pequenos grupos de alunos que, se devidamente preparadas na escola e com a instituição, poderão dispensar o acompanhamento do professor. Deve haver um conhecimento prévio da instituição e a visita deverá ter objectivos concretos, como a recolha de dados ou o desenvolvimento de actividades. Sugere-se que sejam evitadas as visitas de mera observação onde se poderá correr o risco de alunos e população-alvo se olharem como estranhos, criando situações embaraçosas, pouco educativas, que não respeitem as pessoas institucionalizadas.

Ao nível do ensino secundário e, neste caso particular, do ensino tecnológico, uma pedagogia centrada no aluno não necessita de estratégias diferenciadas se for dada oportunidade a que ele se expresse e construa o seu processo de aprendizagem. Não será demais reforçar a ideia da importância das estruturas cognitivas de cada aluno, devendo o processo iniciar-se sempre aí, a partir dos conhecimentos que cada um possui, ainda que empíricos e suportados por teorias implícitas não fundamentadas e da sua experiência pessoal. Este processo facilitará a aprendizagem e a mudança de atitudes. Poderá, ainda, implicar outras pessoas se se promover, por exemplo, a recolha de opinião de amigos, ou discussões à mesa do jantar, em casa, sobre temáticas específicas.

Não se propõem actividades particulares para trabalhar objectivos de aprendizagem. A estrutura de exploração de cada tema pode partir do lançamento deste, pelo professor, através da colocação de problemas (questões de partida, um vídeo, uma situação concreta, etc.), seguida da pesquisa pelos alunos (que pode envolver recolha de informação nas mais diversas fontes, debates, etc.). A pesquisa poderá resultar no ensaio de uma situação (*role-play*, debate, etc.) e deve finalizar sempre numa síntese que abarque todos os aspectos da resolução do problema (mapa conceptual, por exemplo). Ao longo deste percurso, será importante que os alunos consciencializem que os colegas, o professor ou a família devem também ser utilizados como recursos na resolução do problema em causa e que as dificuldades encontradas devem ser claramente identificadas e expressas.

Propõe-se, especialmente em fases mais precoces do trabalho, que os materiais sobre os quais os alunos devem trabalhar (tenham eles um suporte audiovisual ou escrito) sejam acompanhados de guiões de exploração e de análise que facilitem a sua compreensão e

orientem a pesquisa. Muitas vezes os alunos não compreendem, por exemplo, um texto porque não sabem o que fazer com ele.

Também a exploração de sítios na Internet deve envolver roteiros de orientação sem os quais os alunos podem «perder-se» ou aquilatar incorrectamente da qualidade da informação. Na própria Internet, em sítios dirigidos a professores, encontram-se propostas de exploração e sugerem-se os cuidados a ter em actividades deste tipo.

Apontam-se seguidamente algumas orientações para a construção de *portfolios*, de mapas conceptuais e para o trabalho em laboratório.

Portfolios

O *portfolio* é composto pelo conjunto contextualizado, organizado e planeado de todos os elementos de trabalho produzidos pelo aluno, ao longo do seu percurso de desenvolvimento na disciplina. Permite uma visão alargada e detalhada das diferentes componentes da aprendizagem e constitui um poderoso instrumento de avaliação.

Trabalhar com *portfolios* implica que o aluno pesquise, dê significado, sintetize e integre a informação, orientado pelo professor, em vez de a receber passivamente. Implica também que a resolução dos problemas que estas tarefas lhe colocam passe pela identificação das dificuldades encontradas e pela sua superação, de forma autónoma. Por isso envolve o professor, os colegas, os encarregados de educação e toda a comunidade escolar, que poderão ser encarados, em determinados momentos, como recursos.

Do *portfolio* constam trabalhos como dicionários de termos, sumários, mapas conceptuais, relatórios, composições, diários críticos, memórias descritivas, grelhas de observação, resumos, *brainstormings*, problemas, resultados de investigações (artigos de jornais ou revistas, entrevistas, questionários, material bibliográfico ou outro), testes, comentários, trabalhos individuais e de grupo, materiais multimédia, projectos de trabalho, etc.

O *portfolio* espelha o percurso do aluno na disciplina. Inclui dúvidas e questões pertinentes, comentários do professor e de outras pessoas que contribuem para o progresso da pesquisa científica, consistindo também numa análise das metacognições e das competências que não sejam do âmbito estritamente cognitivo.

Esta metodologia de trabalho, materializada numa pasta que inclui o material recolhido e produzido, pressupõe uma planificação por parte do grupo de trabalho, professor e alunos, devendo o primeiro orientar os segundos de modo a que o *portfolio* não se torne numa mera acumulação volumosa de materiais. Deste modo, é importante que se compreenda que os critérios de organização de um *portfolio* se prendem com a qualidade dos materiais (e não com a sua quantidade; nem todos os materiais recolhidos devem integrar o *portfolio*) e com a sua estrutura (para além de um índice, os documentos devem estar etiquetados, separados e numerados). Outros critérios poderão estar presentes como, por exemplo, a criatividade na apresentação dos materiais.

Este instrumento de trabalho, simultaneamente do professor e do aluno, estimula a reflexão acerca das aprendizagens, promovendo a motivação, a auto-imagem e o sucesso. Ao professor permite um acompanhamento mais adequado e objectivo do aluno e do desenvolvimento do programa da disciplina.

Mapas conceptuais

Os mapas conceptuais que introduzem cada módulo poderão ser um instrumento de trabalho útil. Eles podem ser um ponto de partida e podem ir sendo complexificados à medida que o trabalho prossegue. Podem também ser construídos outros, originais, ou que reflectam sínteses. O mesmo deve ser considerado para as questões de partida aqui expressas para

cada tema. Professor e alunos podem construir listas de questões (de partida ou críticas) não se vinculando, necessariamente, às que aqui se propõem.

Os mapas conceptuais são formas de organização da informação que implicam estratégias de análise e de síntese que será vantajoso os alunos automatizarem. Cada aula pode partir de um mapa conceptual ou, no final da aula ou em casa, os alunos podem construir os seus próprios mapas que serão reunidos no *portfolio* de modo a poderem ser consultados, confrontados, revistos ou mesmo modificados.

Existe bibliografia acessível, em português, sobre a construção de mapas conceptuais. Duas dessas obras estão referenciadas na bibliografia. Acrescenta-se, no entanto, alguns dos passos mais significativos nessa construção:

- a) identificar uma questão de enfoque referida ao problema, tema ou área de conhecimento que se deseja representar em mapa; a partir desta questão identificar os conceitos que sejam pertinentes e listá-los; para algumas pessoas torna-se útil a utilização de *post-its* como etiquetas conceptuais que se podem mover de um lado para outro; se se trabalha com um programa de computador para construir os mapas deve introduzir-se a lista de conceitos; estas etiquetas devem conter uma, no máximo duas ou três palavras;
- b) ordenar os conceitos, colocando o mais abrangente e inclusivo no princípio da lista; a sua identificação pode não ser fácil; a ordenação dos conceitos resulta da reflexão feita sobre a questão inicial; algumas vezes há que modificar a questão de partida ou mesmo elaborar outra;
- c) verificar se da lista constam os conceitos necessários; às vezes é preciso acrescentar outros;
- d) começar a construir o mapa, colocando o(s) conceito(s) mais inclusivo(s) e geral(ais) na parte superior;
- e) seleccionar um ou vários subconceitos e colocá-los sob cada conceito geral; os subconceitos não devem ser mais do que três ou quatro; se existem muitos mais, deve ser possível identificar um conceito intermédio adequado, criando-se um novo nível hierárquico no mapa;
- f) unir os conceitos por intermédio de linhas; estas podem ser acompanhadas de termos que definam a relação entre os conceitos; é esta união que cria significado; quando se une de forma hierárquica um número amplo de ideias relacionadas, observa-se a estrutura de significado de determinado problema ou tema;
- g) após a estrutura do mapa estar definida, ela é normalmente modificada: acrescentam-se, retiram-se ou mudam-se os conceitos já organizados; é possível que seja preciso repetir esta operação várias vezes, à medida que se obtêm novos conhecimentos ou ideias; daí a utilidade dos *post-its*;
- h) procurar vínculos entre os conceitos que se situam em locais diferentes do mapa e etiquetar as suas ligações; estes vínculos ajudam a descobrir novas relações criativas;
- i) nas etiquetas conceptuais podem incluir-se exemplos dos conceitos nelas expressos.

Os mapas conceptuais podem realizar-se de formas muito diversas para um mesmo grupo de conceitos, não havendo uma forma única de os elaborar; à medida que se modifica a compreensão das relações entre os conceitos, também os mapas se modificam¹.

Os mapas conceptuais podem ser auxiliares valiosos na construção de projectos de trabalho.

¹ Cf. Novak, J. (1998). *Conocimiento y aprendizaje*. Madrid: Alianza, pp. 283-284.

Laboratório

O laboratório permite a demonstração e a vivência de situações de forma protegida e controlada. Estimula o aluno a adquirir uma atitude de investigação para encontrar por si mesmo a resposta às questões e problemas colocados. Não se trata de reproduzir os comportamentos naturais dos grupos, mas sim de identificar os processos que provocam tais comportamentos. No laboratório podem criar-se situações de ensaio de metodologias e de práticas profissionais, que podem ir desde a simulação de entrevistas para obtenção de um emprego até à gestão de dinâmicas relacionais em diferentes contextos e com diferentes populações-alvo.

A experiência laboratorial pode comportar, tal como na realidade, períodos de impasse, de desorientação e de erros que não são fáceis de sentir. Os alunos podem assim descobrir que alguns dos seus comportamentos habituais se podem mostrar inadequados, permitindo uma aprendizagem vivida e reflectida.

As situações criadas em laboratório comprometem os participantes a uma experiência de grupo que implica a tomada de consciência das suas motivações e expectativas e a clarificação dos seus valores e atitudes. Permite um melhor conhecimento individual e grupal, ser mais criativo e identificar as suas áreas fortes e fracas.

Não se trata, evidentemente, de um grupo terapêutico, o que não significa que num laboratório um indivíduo não possa responder a necessidades de desenvolvimento pessoal. Significa apenas que o laboratório permite trabalhar aspectos específicos e reflectir sobre eles, assim como usar uma metodologia apropriada muito distinta da utilizada por outras experiências de grupo.

As técnicas de auto-escopia, através de gravações em vídeo e de grelhas de observação, poderão ser aqui de grande utilidade.

Devem colocar-se cuidados especiais na utilização de metodologias de investigação. A construção de questionários ou de guiões de entrevista, por exemplo, para a identificação de necessidades de intervenção, envolve competências técnicas que nem todos os profissionais possuem. A utilização destes instrumentos de recolha da informação, pelos alunos, deve ser cautelosa e rigorosamente controlada pelo professor. É preferível utilizar instrumentos já construídos e validados noutros contextos ou então construir pequenos instrumentos, com objectivos muito específicos e com um número muito pequeno de questões. Quando a recolha da informação é feita a partir de bibliografia, convém que os alunos aprendam rapidamente técnicas de tratamento da informação, de modo a evitar as «cópias» mecânicas. É importante salientar que, para além das questões éticas do plágio, a aprendizagem daí resultante é pobre ou mesmo inexistente.

Outro aspecto importante é que nesta área, tal como em grande parte das ciências sociais, são frequentemente utilizados como termos técnicos palavras que fazem parte do quotidiano e que, ao entrarem na linguagem comum, perdem o seu significado original e vulgarizam-se, dando origem a ambiguidades várias quando pretendemos definir ou clarificar conceitos. Deverá ser tarefa constante do professor chamar a atenção para este problema, ao mesmo tempo que orienta os alunos para a correcta utilização da linguagem, escrita e oral.

O quadro que se segue permite cruzar os objectivos gerais ao nível das atitudes, dos valores e das capacidades, expressos nas competências que mobilizam, as metodologias a utilizar e os recursos necessários à sua concretização. Introduziu-se também uma coluna com aspectos estratégicos a ter em consideração na utilização de cada metodologia.



Competências a desenvolver	Metodologias	Dinâmica	Aspectos a considerar	Recursos
<p>Mobiliza conhecimentos para fundamentar e argumentar ideias</p> <p>Comunica ideias, oralmente ou por escrito, com correcção linguística</p> <p>Mostra iniciativa, empenho e responsabilidade nas tarefas e nas relações</p> <p>Mostra curiosidade intelectual, espírito crítico e de questionamento face à informação e às situações</p> <p>Mostra ser flexível e aberto à mudança</p> <p>Auto-avalia o conhecimento e as atitudes face a um assunto ou problemática</p> <p>Clarifica questões sobre um assunto/uma problemática</p>	<p>Discussões Debates</p>	<p>Grupos Turma Inter-turmas Inter-escolas</p>	<p>Preparação da discussão/debate (orientação na selecção da informação relevante, organização dos dados recolhidos, preparação de materiais a serem distribuídos, etc.)</p> <p>Definição das regras da discussão (focalização no assunto em análise, gestão da participação, interrupção das intervenções, gestão do tempo, etc.)</p> <p>Distribuição de papéis ou de funções para a discussão (moderador, redactor, observador, sendo que este não participará na discussão mas pode identificar os aspectos positivos ou negativos no fim da discussão; grupos ou pares de alunos que defendem uma determinada perspectiva, teoria, posição, etc.)</p> <p>Definição do(s) modo(s) de avaliação da discussão e dos produtos dela resultantes (relatórios, análises críticas; eventual utilização de registo vídeo para análise de comportamentos ou síntese da discussão)</p>	<p>Textos Vídeos CD-ROM Internet Convidados Visitas</p>
<p>Mostra iniciativa, empenho e responsabilidade nas tarefas e nas relações</p> <p>Mostra criatividade e inovação no pensamento e no trabalho</p> <p>Mostra ser flexível e aberto à mudança</p> <p>Problematiza e avalia situações e comportamentos</p> <p>Resolve problemas</p>	<p>Role-play Resolução de problemas</p>	<p>Individual Pares Grupos</p>	<p>Definição da situação-problema (adequação às características dos alunos e aos objectivos pretendidos)</p> <p>Definição e distribuição dos papéis (protagonistas e observadores)</p> <p>Definição dos procedimentos a observar na realização da actividade</p> <p>Definição do(s) modo(s) de avaliação da actividade, bem como dos produtos dela resultantes (relatório, análise crítica, preenchimento de uma grelha, etc.)</p>	<p>Textos Vídeos</p>



Competências a desenvolver	Metodologias	Dinâmica	Aspectos a ter em consideração	Recursos
<p>Trabalha adequadamente em equipa</p> <p>Pesquisa de forma autónoma e utiliza critérios de qualidade na selecção da informação</p> <p>Comunica ideias, oralmente ou por escrito, com correcção linguística</p> <p>Utiliza as tecnologias da informação e comunicação</p> <p>Mostra iniciativa, empenho e responsabilidade nas tarefas e nas relações</p> <p>Mostra criatividade e inovação no pensamento e no trabalho</p> <p>Mostra ser flexível e aberto à mudança</p>	<p>Trabalhos em grupo (de investigação, observação, exploração ou preparação de actividades, etc.)</p>	<p>Grupos</p>	<p>Definição do tema/problema a estudar</p> <p>Definição do(s) modo(s) de apresentação dos trabalhos</p> <p>Definição do(s) modo(s) de avaliação dos trabalhos</p> <p>Estruturação de um plano de desenvolvimento do trabalho</p> <p>Divisão de tarefas e gestão do tempo</p> <p>Cuidados a ter na pesquisa, recolha e tratamento da informação (selecção da informação relevante e credível; identificação correcta das fontes; cópia/plágio; etc.)</p> <p>Monitorização das várias fases de desenvolvimento do trabalho</p> <p>Participação efectiva de todos os elementos na realização do trabalho em todas as suas fases</p>	<p>Textos</p> <p>Vídeos</p> <p>CD-ROM</p> <p>Internet</p> <p>Pessoas</p> <p>Instituições</p>
<p>Pesquisa de forma autónoma e utiliza critérios de qualidade na selecção da informação</p> <p>Comunica ideias, oralmente ou por escrito, com correcção linguística</p> <p>Utiliza as tecnologias da informação e comunicação</p> <p>Mostra iniciativa, empenho e responsabilidade nas tarefas e nas relações</p> <p>Mostra criatividade e inovação no pensamento e no trabalho</p>	<p>Trabalhos individuais (dossiers temáticos, dicionários de termos, relatórios, sumários, diários críticos, etc.)</p>	<p>Individual</p>	<p>Definição do tema/problema a estudar</p> <p>Definição do(s) modo(s) de apresentação dos trabalhos</p> <p>Definição do(s) modo(s) de avaliação dos trabalhos</p> <p>Estruturação de um plano de desenvolvimento do trabalho</p> <p>Cuidados a ter na pesquisa, recolha e tratamento da informação (selecção da informação relevante e credível; identificação correcta das fontes; cópia/plágio; etc.)</p> <p>Monitorização das várias fases de desenvolvimento do trabalho</p>	<p>Textos</p> <p>Vídeos</p> <p>CD-ROM</p> <p>Internet</p> <p>Pessoas</p> <p>Instituições</p>

Recursos

Para que as sugestões metodológicas aqui propostas sejam facilitadas, convém que a escola possua uma sala para a disciplina de Práticas de Animação Sociocultural, própria ou partilhada com outra disciplina; o importante é haver um espaço onde os materiais a serem consultados e investigados pelos alunos estejam organizados. Em aulas de pesquisa, ganha-se o tempo de ir à biblioteca buscar os materiais e evita-se que o professor e os alunos «carreguem» permanentemente com eles.

Esta sala deveria, idealmente, possuir uma aparelhagem, um televisor e um vídeo, bem como um computador ligado à Internet. Este facto permitiria, dentro da mesma aula, diversificar as actividades dos alunos. Do mesmo modo, a sala deverá contemplar espaços de arrumação para as pastas de *portfolio*, para arrumação de cartazes e dos materiais necessários à sua construção.

A sala poderá estar espacialmente organizada de modo a facilitar e a estimular permanentemente a comunicação em todas as direcções e o trabalho em equipa.

Avaliação

Sendo muito diversas as funções e os modos de avaliação, o Programa de Práticas de Animação Sociocultural parte da convicção de que «avaliar é melhorar a aprendizagem». Generalizando, pode dizer-se que a avaliação serve para ajudar os alunos a aprender e serve para aperfeiçoar o ensino. Todavia, a funcionalidade não é o único critério definidor deste conceito tão amplo que deve orientar-se pelos princípios gerais que lhe dão a sua quiddidade. Assim, avaliar é recolher e interpretar informações de modo sistemático, implicando juízos de valor e tomada de decisões. Esse processo implica os seguintes princípios:

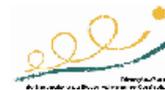
- a) a avaliação é um meio necessário para se atingir um fim (melhoria da aprendizagem dos alunos), mas não é um fim em si mesma;
- b) a avaliação é parte integrante de todo o processo de ensino-aprendizagem e a sua natureza interna deve ser formativa, contínua e sistemática;
- c) a avaliação exige uma definição muito clara daquilo que se pretende avaliar, bem como dos fins em vista;
- d) a avaliação exige a diversificação de técnicas, meios e instrumentos de avaliação, em função dos objectivos e das finalidades definidas;
- e) a avaliação exige que se tire partido dos pontos fortes de cada instrumento de avaliação e se reduza ao mínimo o efeito dos seus pontos fracos².

A avaliação não corresponde, portanto, a uma simples medição quantitativa, mas, antes, concorre qualitativamente para a mudança dos alunos, no sentido do seu desenvolvimento psicocognitivo e atitudinal. Ela corresponde a um modo de acompanhamento do desenvolvimento do aluno e está implicada em todas as situações que, dentro e fora da sala de aula, concorrem para esse desenvolvimento assente em todos os modos de curiosidade, de criatividade, de erro, de investigação, de dúvida e de construção, por parte do aluno. Por isso, ela deve ser coerente com o currículo e com a metodologia de trabalho.

As dimensões sistematizadas no quadro que se segue devem ser cruzadas e qualquer avaliação deve tê-las em consideração:

Porquê	O Quê	Como
Facilitar a aprendizagem Orientar a aprendizagem Diagnosticar as falhas Rectificar erros Dar um <i>feedback</i> sobre o ensino Motivar Enriquecer a diversidade e experiência de aprendizagem Classificar	Produtos Processos Conhecimentos Competências Indivíduo Equipa/Grupo Turma Ensino Aprendizagem	<i>Portfolios</i> Mapas conceptuais Relatórios Testes Memórias descritivas Diários críticos Comentários Projectos de pesquisa Projectos de organização de eventos Apresentações orais Debates Cartazes Etc.

² Cf. Valadares, J. & Graça, M. (1998). *Avaliando para melhorar a aprendizagem*. Lisboa: Plátano.



Os princípios orientadores da avaliação no Ensino Secundário são os seguintes:

1. diversificação de técnicas, de instrumentos e de estratégias, uma vez que a aprendizagem se estrutura em diferentes dimensões; por outro lado, existem diferenças socioculturais e de estilos de aprendizagem nos alunos que convém considerar;
2. autenticidade, ou seja, ensino, aprendizagem e avaliação devem constar do mesmo processo; as tarefas de ensino e de aprendizagem devem coincidir com as tarefas e as actividades de avaliação, uma vez que esta se contextualiza, decorrendo naturalmente das actividades; por isso, os objectivos e os instrumentos de avaliação devem estar adequados às tarefas propostas;
3. melhoria das aprendizagens, regulando e enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem; uma perspectiva não punitiva da avaliação implica a valorização de progressos e de aquisições; deste modo, a avaliação deve contribuir para que os alunos adquiram informação e desenvolvam competências;
4. diversificação dos intervenientes, no sentido do estabelecimento de comunicação entre todos os intervenientes no processo educativo.

Ao professor compete recolher informação, de forma sistemática, sobre as aprendizagens e a partir delas regular e ajustar o ensino. Compete-lhe, ainda, estabelecer critérios para cada tarefa de avaliação e emitir apreciações e juízos de valor referentes ao desempenho dos alunos. Deve, fundamentalmente, consciencializar os alunos deste processo e envolvê-los nele.

A construção de grelhas de avaliação de aspectos qualitativos, de atitudes e valores e de competências complexas pode ser feita pelo conjunto dos professores do Conselho de Turma e com os de escolas vizinhas, da mesma disciplina.

Aos alunos compete entender o seu papel neste processo e tomar consciência das responsabilidades que lhes cabem no desenvolvimento das aprendizagens. É importante que os alunos interiorizem que o seu desenvolvimento só pode ser feito por eles próprios e que isso implica prazer, mas implica também ser capaz de lidar com conflitos e com dificuldades cuja superação exige disciplina e esforço. Os alunos deverão ser capazes de descrever e de analisar o seu percurso de aprendizagem, identificando pontos fortes e fracos e reflectindo sobre a sua participação na construção da aprendizagem. As actividades de auto- e de hetero-avaliação devem adquirir um valor formativo consistente e com significado.

Salienta-se, ainda, que os processos de avaliação deverão ter grande importância nas práticas profissionais do técnico de animação sociocultural, e como tal deverão ser claramente vividas e reflectidas durante o seu percurso formativo.

O sistema de avaliação a utilizar na disciplina de Práticas de Animação Sociocultural pode sintetizar-se do seguinte modo:

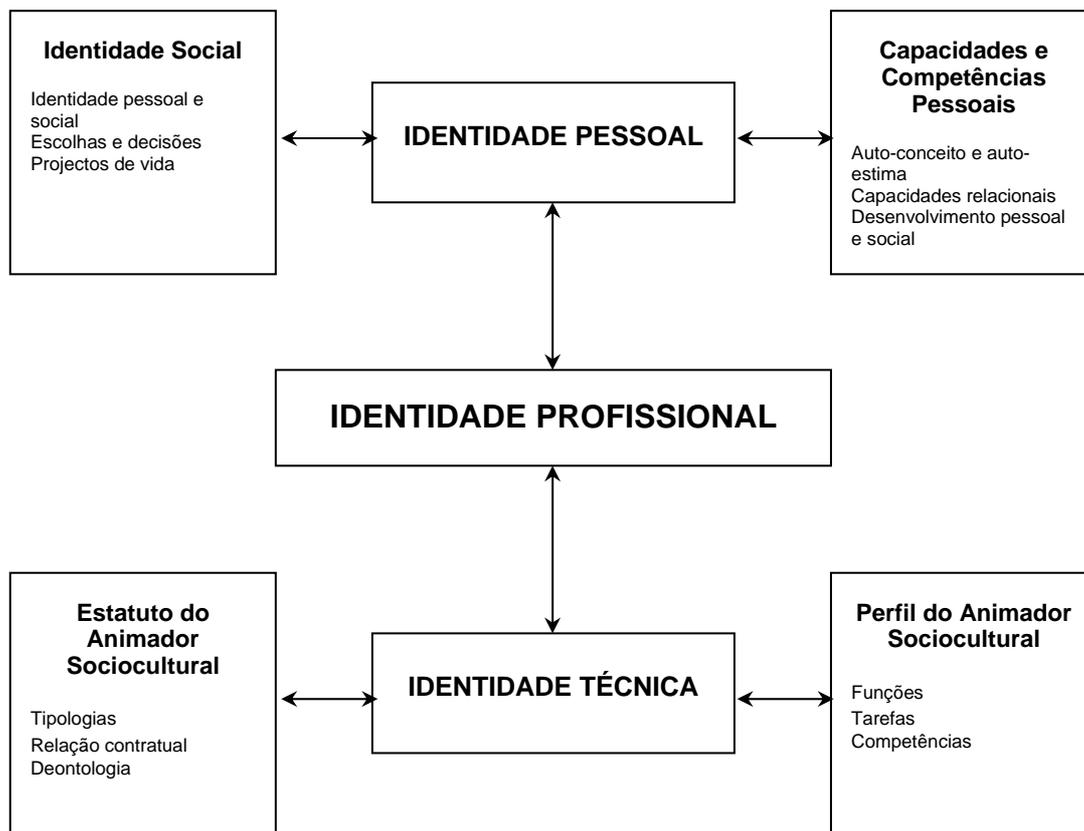
- a) dar a conhecer, negociar e contractualizar com os alunos os objectivos a atingir;
- b) dar a conhecer, reflectir e promover a construção de critérios de avaliação;
- c) diversificar as metodologias, as estratégias e os instrumentos de avaliação;
- d) promover a auto- e a hetero-avaliação.

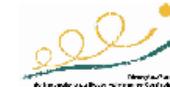
III – Desenvolvimento do Programa

MÓDULO A. IDENTIDADE PROFISSIONAL (20 unidades lectivas, 30 horas)

Objectivo Geral: Prospectar uma identidade profissional

Esquema 2. Mapa conceptual do Módulo A



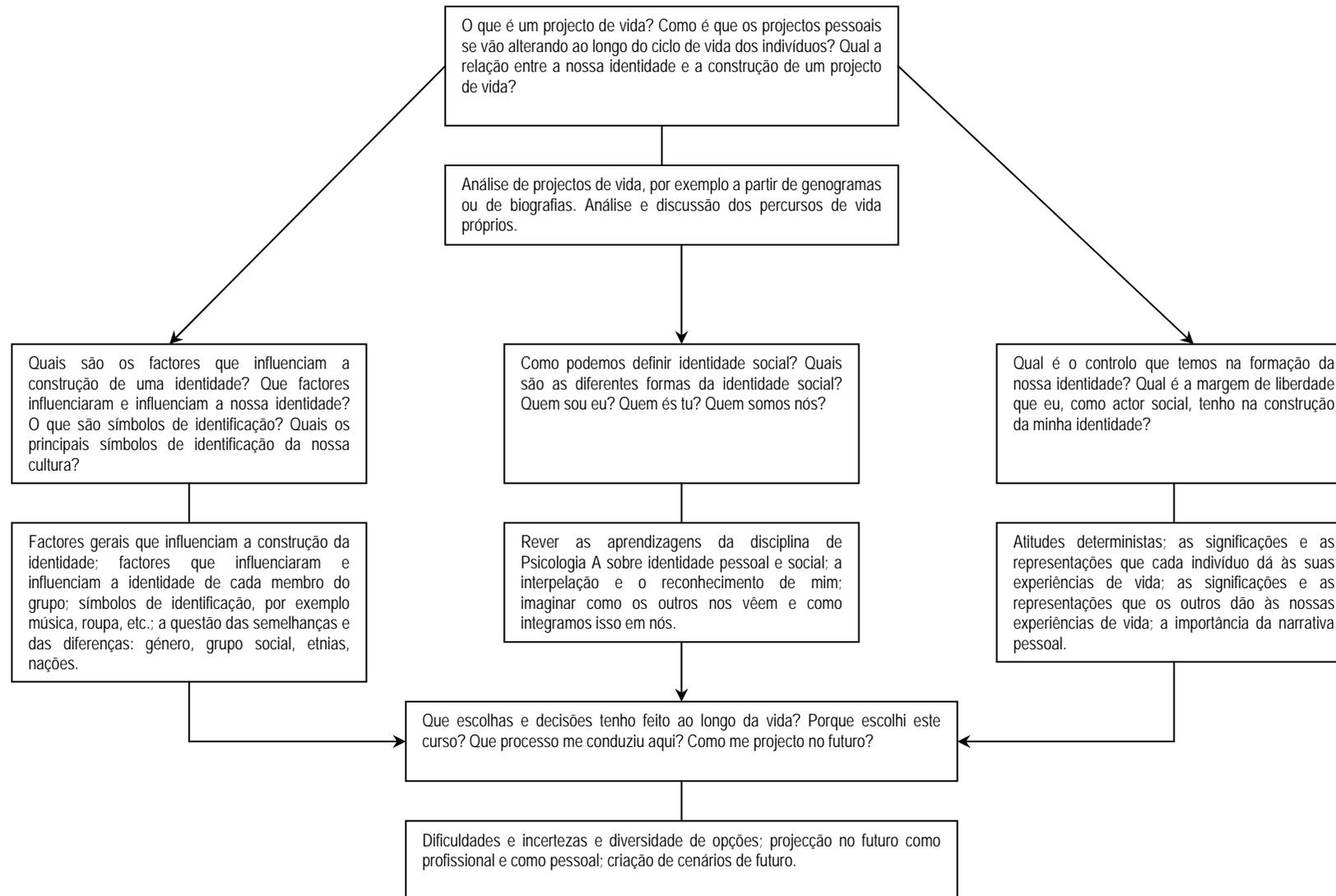


TEMA 1. IDENTIDADE PESSOAL

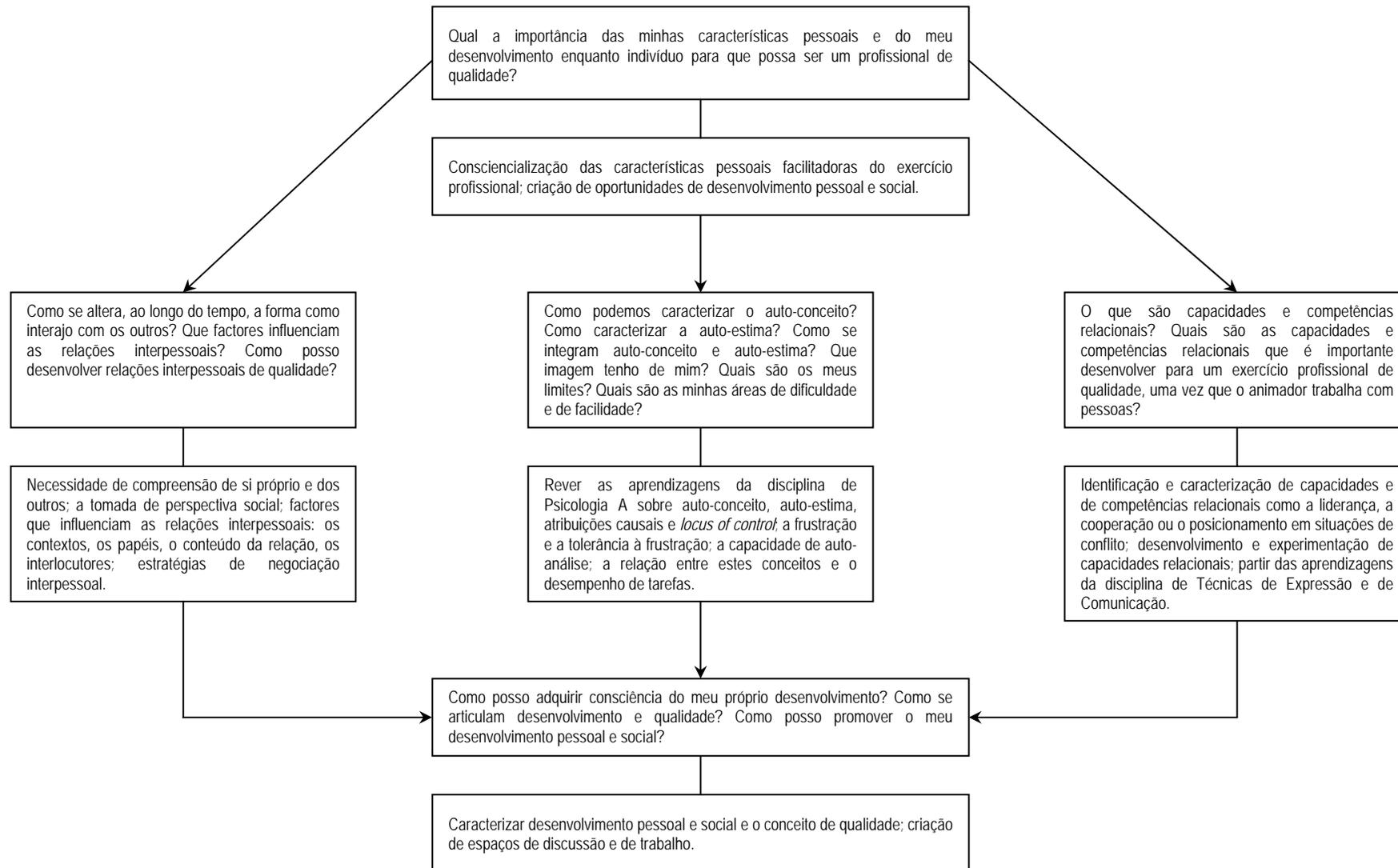
Compreender a importância do desenvolvimento pessoal e social do Animador Sociocultural para um exercício profissional de qualidade

Objectivos Gerais	Objectivos de Aprendizagem No final deste tema, os alunos deverão ser capazes de:	Conteúdos	Palavras-Chave
1.1. Identidade Social			
Adquirir consciência dos processos que nos permitem delinear projectos de vida	1. Identificar os factores que influenciam a construção de uma identidade	Factores que estão em jogo na construção da identidade Símbolos de identificação	Identidade pessoal e social Diferenças Semelhanças Símbolos Negociação Escolha Decisão Projecto de vida
	2. Relacionar constrangimentos com margens de liberdade	Dificuldades, incertezas e diversidade de opções	
	3. Reflectir sobre as escolhas e as decisões pessoais face a um projecto de vida		
1.2. Capacidades e Competências Pessoais			
Adquirir consciência de si próprio como instrumento de trabalho na relação com os outros	4. Caracterizar capacidades e competências relacionais	Estilos de liderança Cooperação	Auto-conceito Auto-estima Atribuições <i>Locus of control</i> Expectativas Representação Categorização Relações interpessoais Desenvolvimento pessoal e social Qualidade
	5. Relacionar o desenvolvimento individual com a qualidade das relações interpessoais	Contextos de vida e relações interpessoais Desenvolvimento pessoal e relações interpessoais	
	6. Reflectir sobre o desenvolvimento pessoal e social do Animador Sociocultural e o conceito de qualidade	Conceito de qualidade Desenvolvimento pessoal e social	

1.1. Identidade Social – Roteiro de trabalho



1.2. Capacidades e Competências Pessoais – Roteiro de trabalho



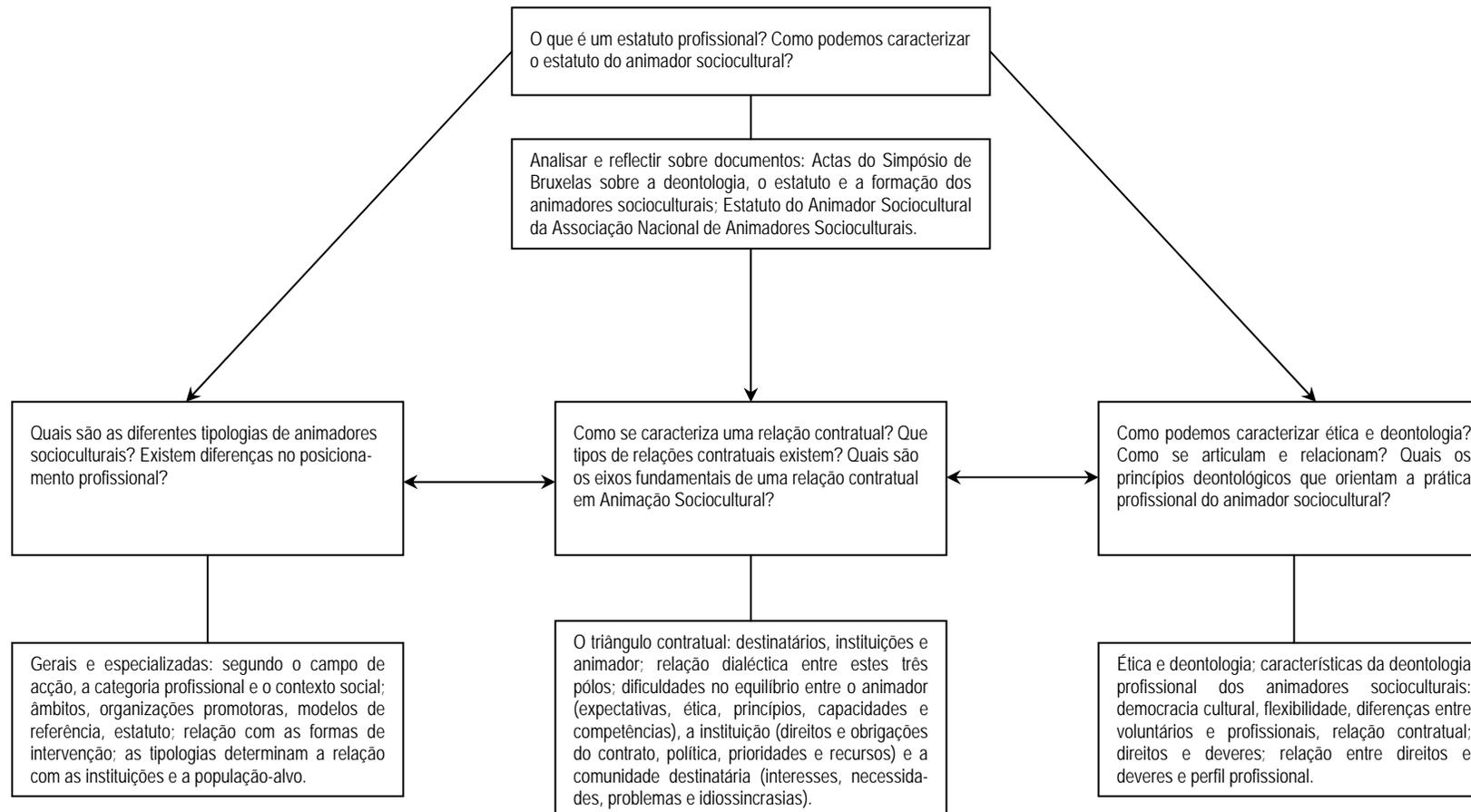


TEMA 2. IDENTIDADE TÉCNICA

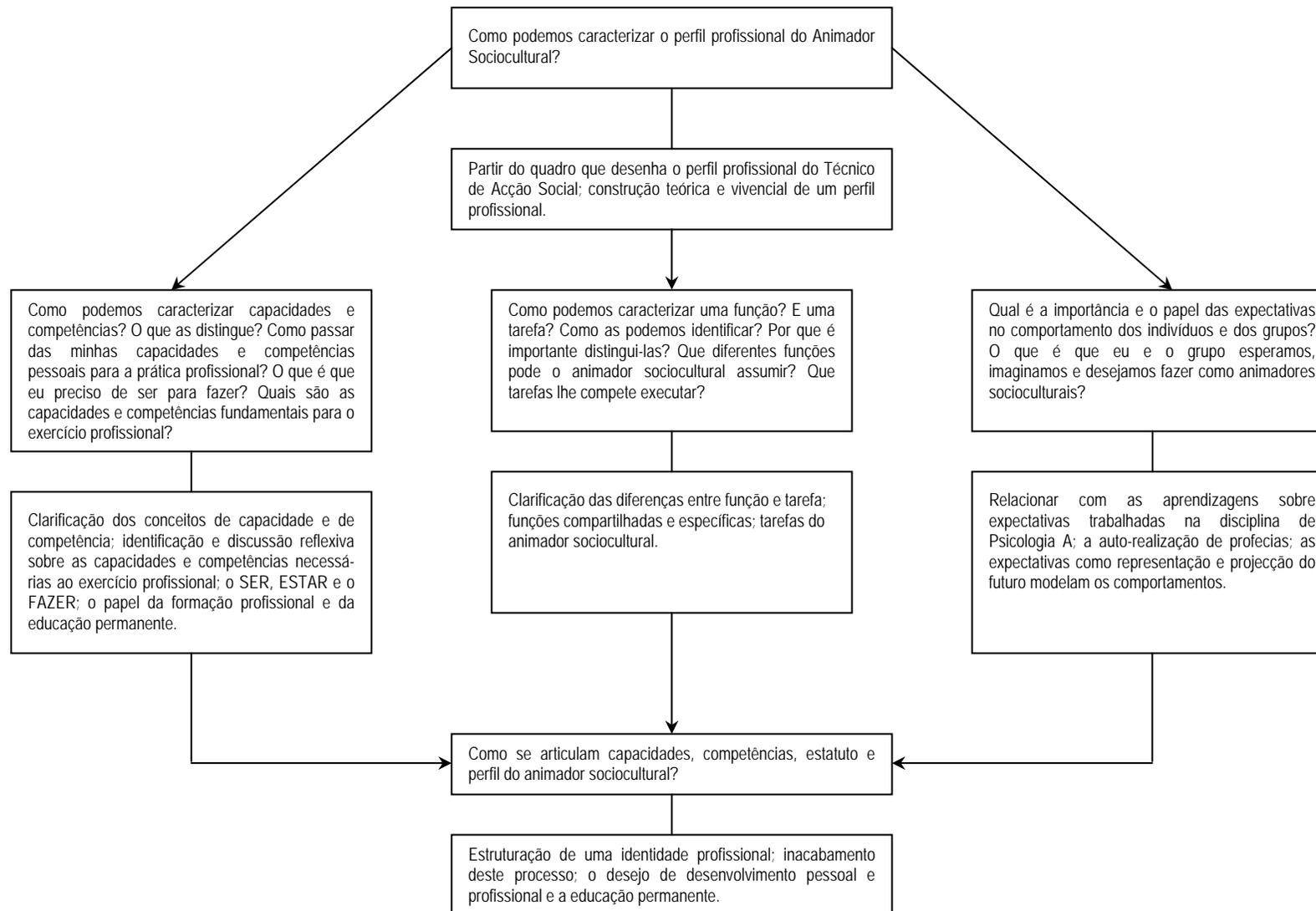
Compreender a importância da construção de uma identidade técnica para um exercício profissional de qualidade

Objectivos Gerais	Objectivos de Aprendizagem No final deste tema, os alunos deverão ser capazes de:	Conteúdos	Palavras-Chave
2.1. Estatuto			
Adquirir uma perspectiva do estatuto do Animador Sociocultural	7. Identificar diferentes tipologias de animadores	Tipologias do trabalho de animação	Estatuto Profissão Contrato Relação contratual Agentes da ASC Ética Deontologia
	8. Caracterizar diferentes relações contratuais	Triângulo contratual Tipos de relação contratual (grupos, colegas, instituições e comunidades)	
	9. Relacionar deontologia e estatuto profissional	Princípios deontológicos Estatuto legal e social	
2.2. Perfil			
Adquirir uma perspectiva do perfil do Animador Sociocultural	10. Identificar funções e tarefas do animador sociocultural	Funções e tarefas	Função Tarefa Papel Expectativas Capacidade Competência
	11. Identificar as expectativas próprias e do grupo face ao exercício profissional	Discussão, simulação e experimentação de papéis	
	12. Analisar as competências necessárias ao exercício profissional	Competências Análise do quadro sobre o perfil de capacidades e de competências do Técnico de Acção Social e do Animador Sociocultural	

2.1. Estatuto – Roteiro de trabalho

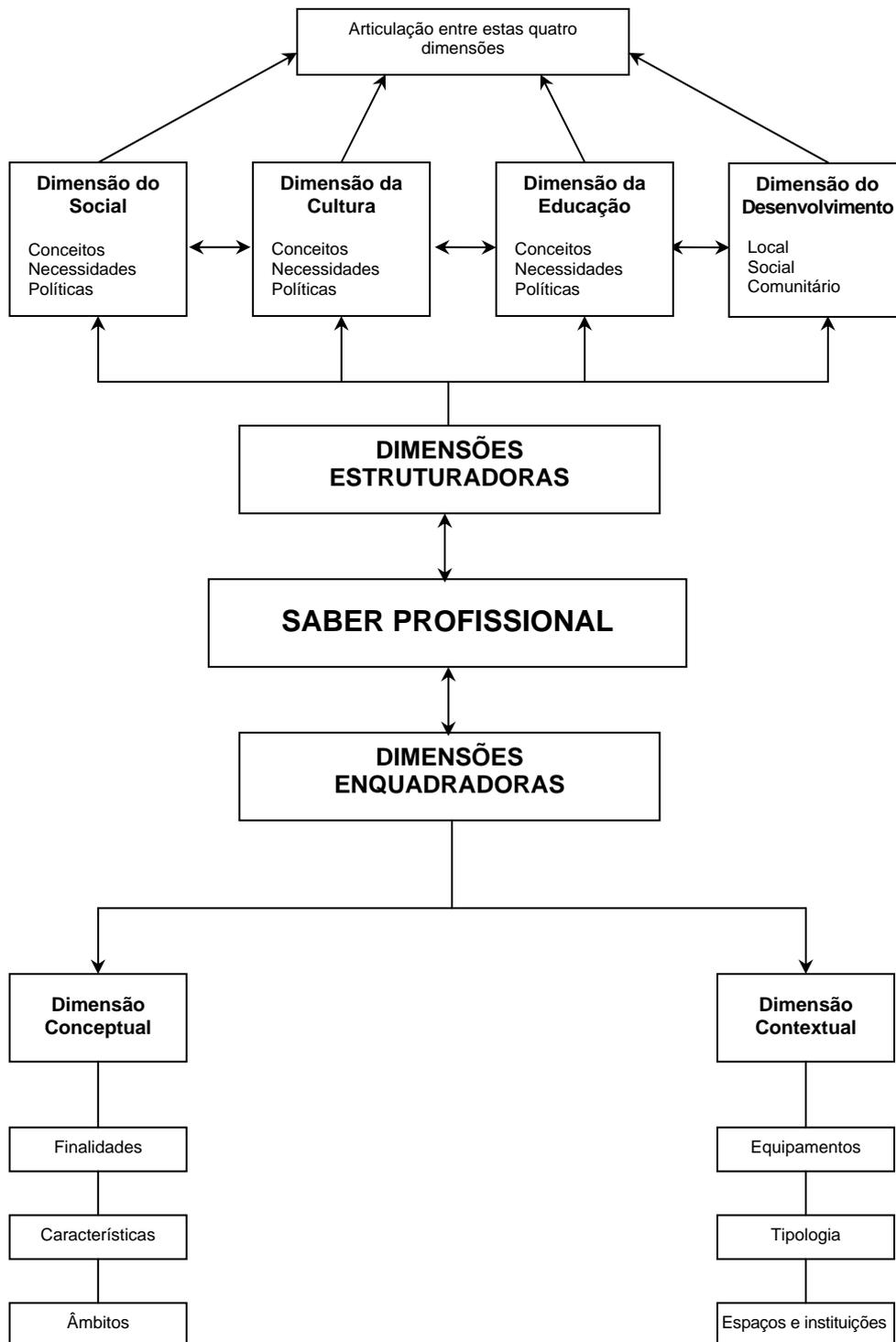


2.2. Perfil – Roteiro de trabalho



MÓDULO B. SABER PROFISSIONAL (40 unidades lectivas, 60 horas)
 Objectivo Geral: Construir um saber profissional

Esquema 3. Mapa conceptual do Módulo B



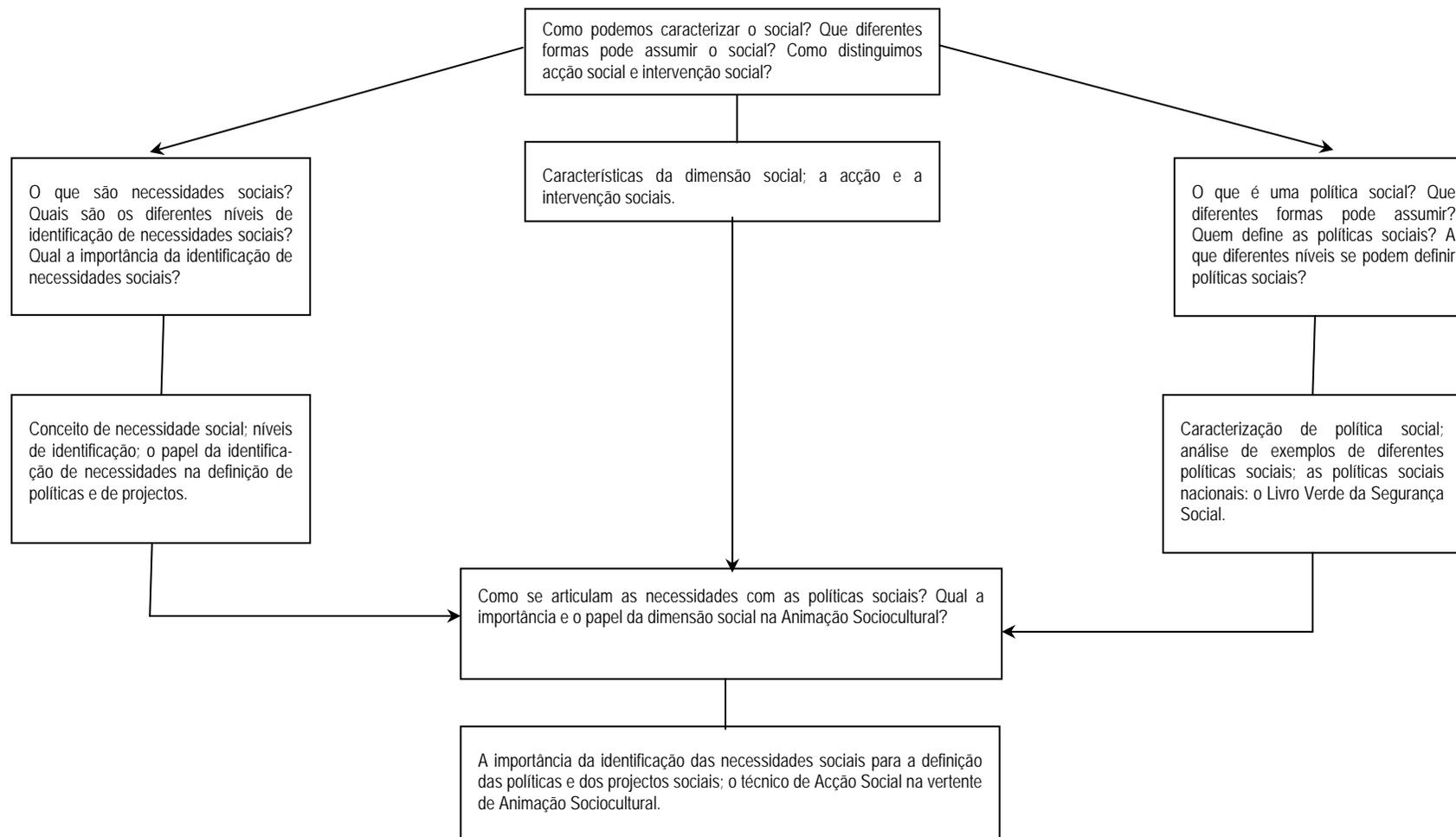
TEMA 3. DIMENSÕES ESTRUTURADORAS

Compreender as dimensões fundamentais que estruturam a acção do Animador Sociocultural

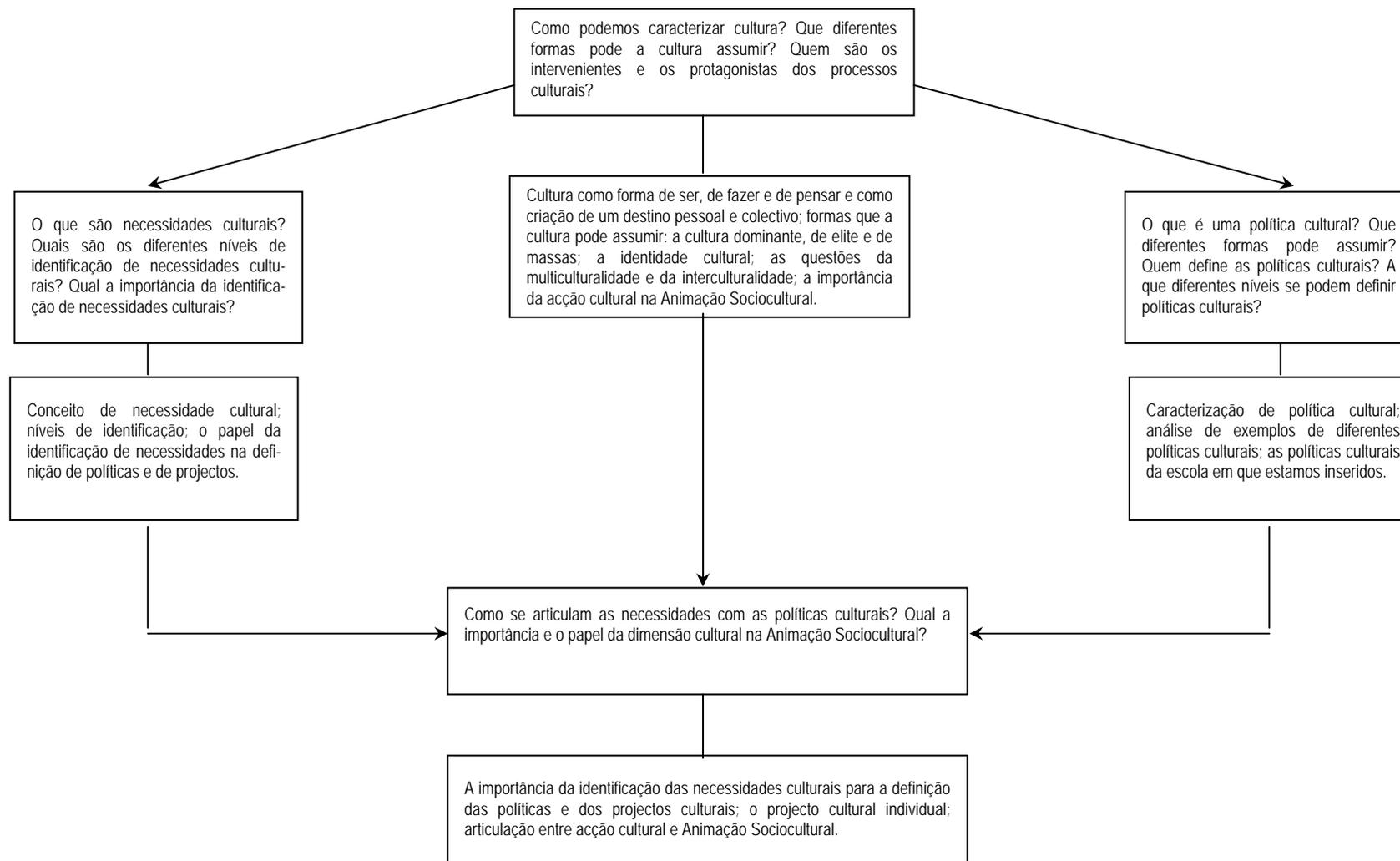
Objectivos Gerais	Objectivos de Aprendizagem No final deste tema, os alunos deverão ser capazes de:	Conteúdos	Palavras-Chave
3.1. Dimensão do Social			
Adquirir uma perspectiva da dimensão Social da Animação Sociocultural	13. Caracterizar os conceitos fundamentais da dimensão social	Social, acção social e intervenção social	Social Acção social Intervenção social Necessidade social Política social Solidariedade Participação Mobilização Cidadania Justiça Prevenção Promoção Reparação Exclusão Inserção
	14. Identificar necessidades sociais	Conceito de necessidade social Diversidade de necessidades sociais	
	15. Analisar diferentes políticas sociais	Conceito de política social Diversidade de políticas sociais Articulação entre necessidades, políticas e respostas	
3.2. Dimensão da Cultura			
Adquirir uma perspectiva da dimensão Cultural da Animação Sociocultural	16. Caracterizar os conceitos fundamentais da dimensão cultural	Cultura, acção cultural, identidade cultural, interculturalidade e multiculturalidade	Cultura Aculturação Identidade cultural Interculturalidade Multiculturalidade Necessidade cultural Política cultural
	17. Identificar necessidades culturais	Conceito de necessidade cultural Diversidade de necessidades culturais	
	18. Analisar políticas culturais	Conceito de política cultural Diversidade de políticas culturais Articulação entre necessidades, políticas e respostas	

3.3. Dimensão da Educação			
Adquirir uma perspectiva da dimensão educativa da Animação Sociocultural	19. Caracterizar o conceito de educação	Educação formal e informal Educação popular, de adultos, permanente	Educação Educação formal Educação informal Educação popular Educação de adultos Educação permanente Necessidade educativa Política educativa
	20. Identificar necessidades educativas	Conceito de necessidade educativa Diversidade de necessidades educativas	
	21. Analisar políticas educativas	Conceito de política educativa Diversidade de políticas educativas Articulação entre necessidades, políticas e respostas	
3.4. Dimensão do Desenvolvimento			
Adquirir uma perspectiva da Animação Sociocultural como promotora de desenvolvimento	22. Caracterizar os conceitos de desenvolvimento local, comunitário e social	Desenvolvimento local Desenvolvimento comunitário Desenvolvimento social	Desenvolvimento Desenvolvimento local, comunitário e cultural Iniciativa Auto-organização Interdisciplinaridade Diversidade Valorização humana Análise integrada e sistémica Participação Cooperação Parceria
	23. Relacionar os diferentes tipos de desenvolvimento	Promoção do desenvolvimento dos indivíduos, grupos e comunidades	
	24. Articular as quatro dimensões estruturadoras da Animação Sociocultural	Desenvolvimento como conceito integrador das diferentes dimensões que estruturam a acção do Animador Sociocultural	

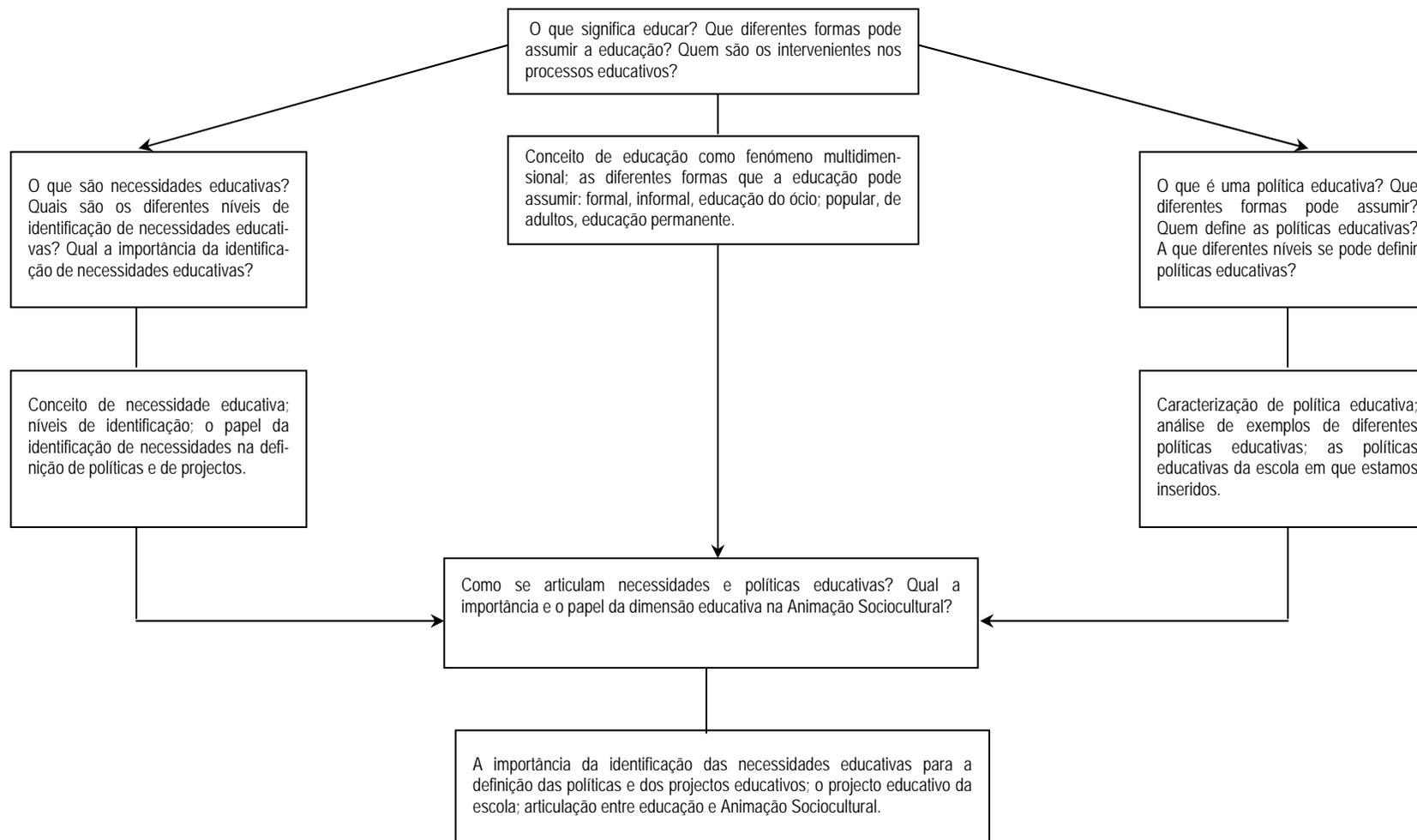
3.1. Dimensão do Social – Roteiro de trabalho



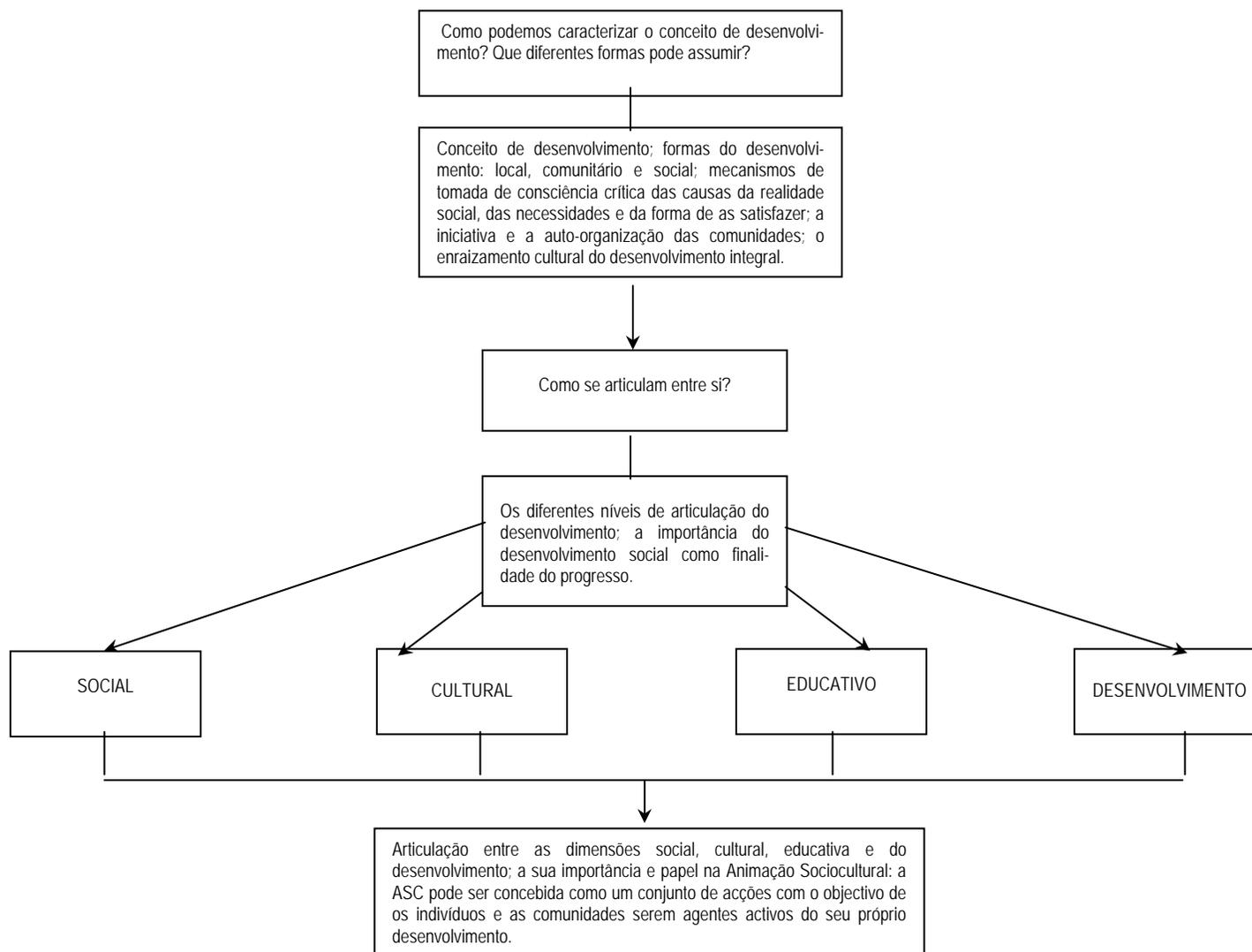
3.2. Dimensão da Cultura – Roteiro de trabalho



3.3. Dimensão da Educação – Roteiro de trabalho



3.4. Dimensão do Desenvolvimento – Roteiro de trabalho

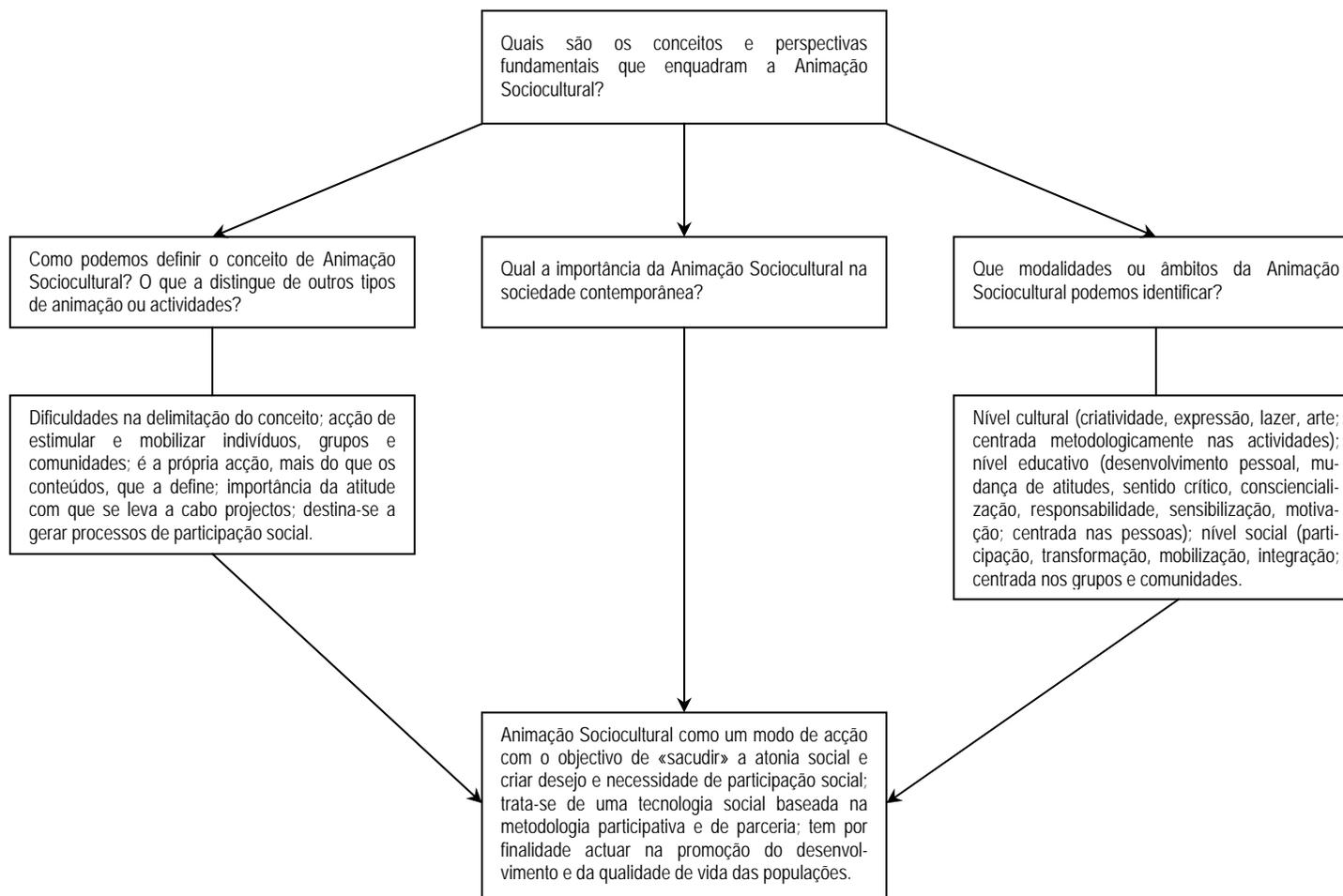


TEMA 4. DIMENSÕES ENQUADRADORAS

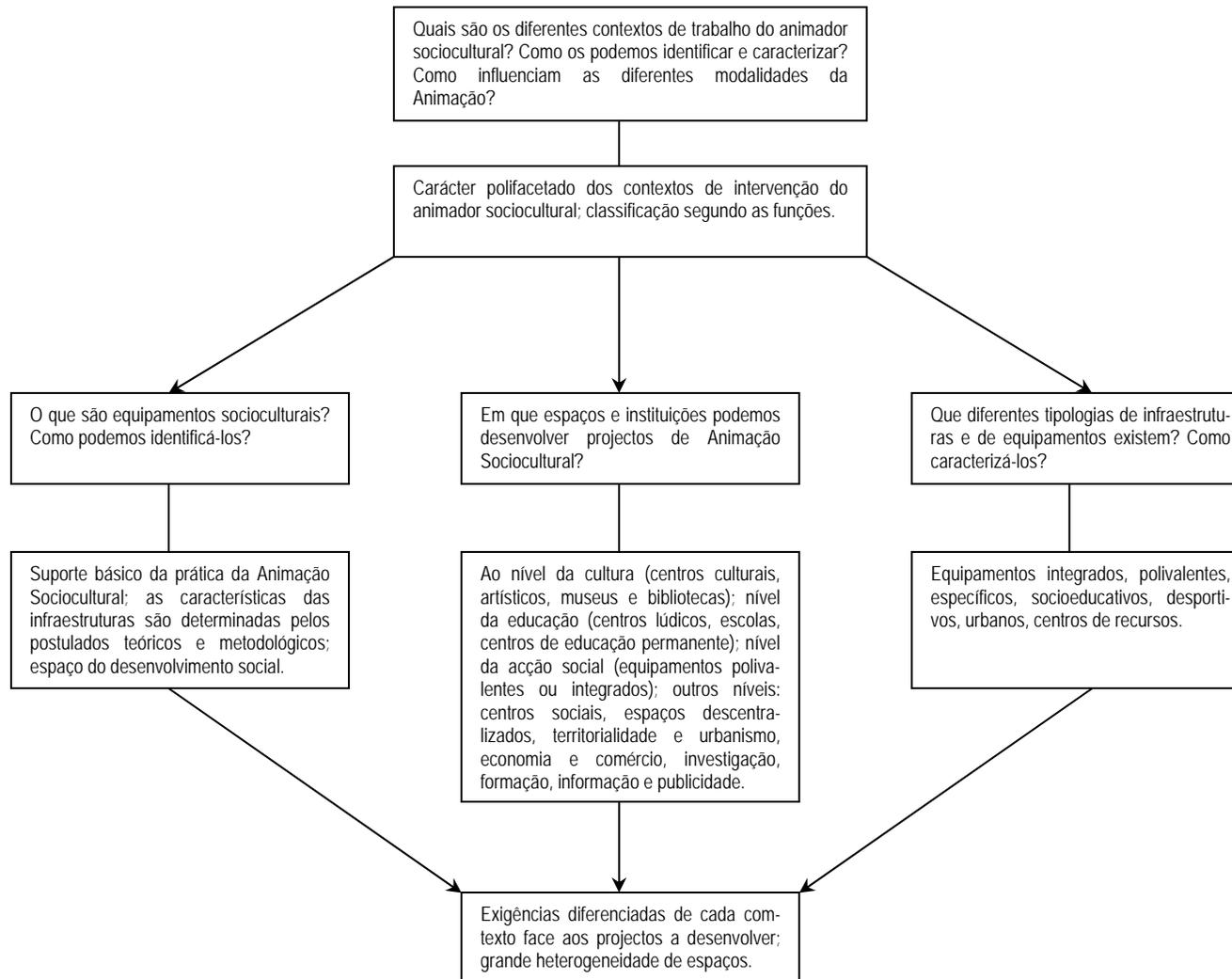
Compreender os conceitos fundamentais que enquadram a acção do Animador Sociocultural

Objectivos Gerais	Objectivos de Aprendizagem No final deste tema, os alunos deverão ser capazes de:	Conteúdos	Palavras-Chave
4.1. Dimensão Conceptual			
Adquirir uma perspectiva dos conceitos fundamentais da Animação Sociocultural	25. Caracterizar o conceito de Animação Sociocultural	Conceito de Animação Sociocultural	Animação Sociocultural Modalidades de intervenção Desenvolvimento social
	26. Identificar os diferentes âmbitos de acção do animador sociocultural	Cultural (centrado na actividade); educativo (centrado nas pessoas); social (centrado nos grupos ou comunidades)	
	27. Analisar a importância da animação sociocultural para o desenvolvimento dos indivíduos, grupos e comunidades	Papel da animação sociocultural no desenvolvimento social	
4.2. Dimensão Contextual			
Adquirir uma perspectiva dos contextos de trabalho da Animação Sociocultural	28. Caracterizar diferentes contextos de trabalho	Infraestruturas e equipamentos socioculturais	Contexto de intervenção Infraestrutura Equipamento sociocultural Espaço Instituição
	29. Identificar tipologias de equipamentos	Tipologias	
	30. Distinguir entre diferentes contextos de intervenção	Espaços e instituições	

4.1. Dimensão Conceptual – Roteiro de trabalho



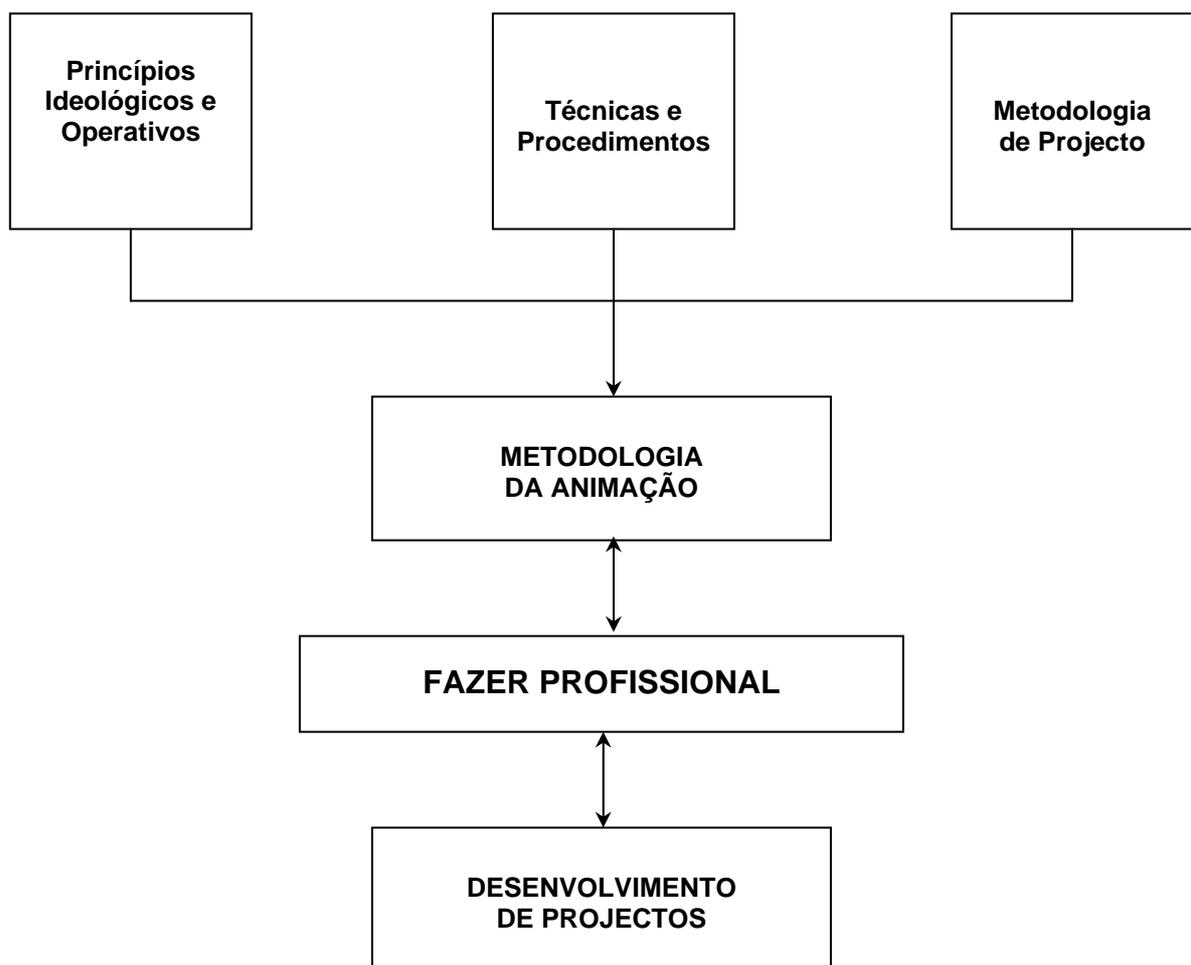
4.2. Dimensão Contextual – Roteiro de trabalho



MÓDULO C. FAZER PROFISSIONAL (60 unidades lectivas, 90 horas)

Objectivo Geral: Experimentar um fazer profissional

Esquema 4. Mapa conceptual do Módulo C





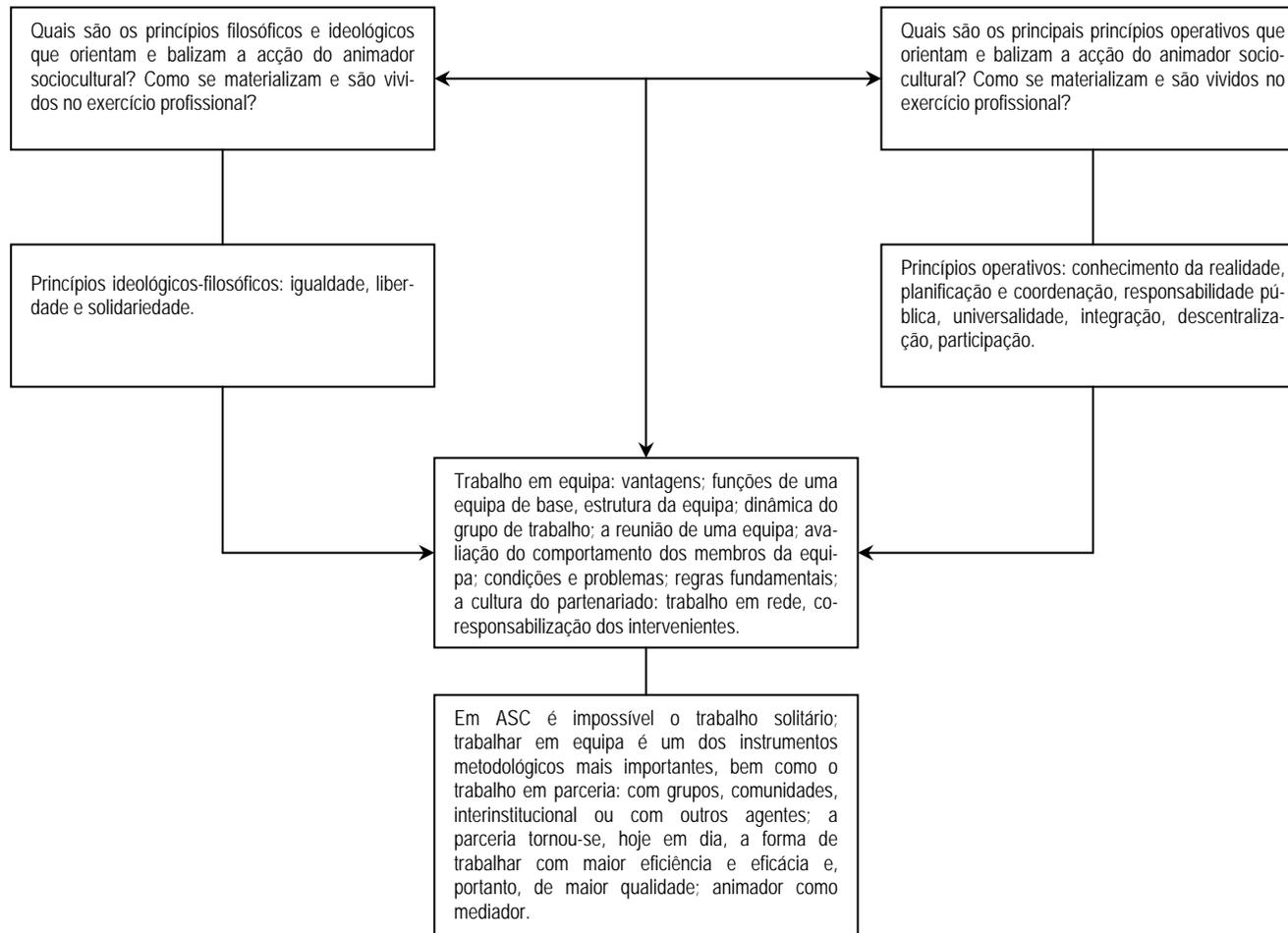
TEMA 5. METODOLOGIA DA ANIMAÇÃO

Compreender a metodologia de trabalho própria da Animação Sociocultural

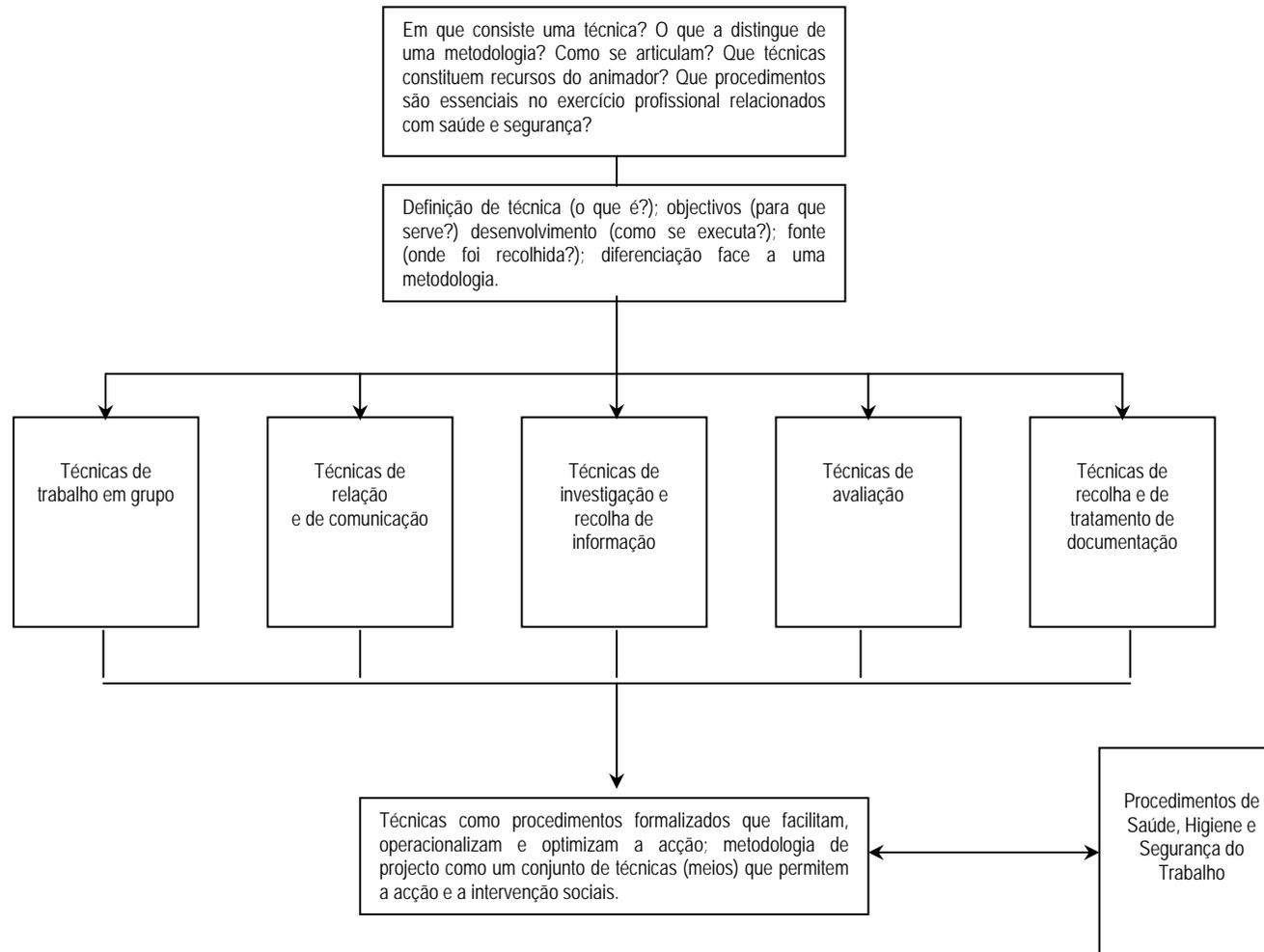
Objectivos Gerais	Objectivos de Aprendizagem No final deste tema, os alunos deverão ser capazes de:	Conteúdos	Palavras-Chave
5.1. Princípios Ideológicos e Operativos			
Adquirir uma perspectiva dos princípios que balizam a acção do animador sociocultural	31. Identificar os princípios ideológicos que orientam a acção do animador sociocultural	Princípios ideológicos e filosóficos: igualdade, liberdade e solidariedade	Igualdade Liberdade Solidariedade Conhecimento da realidade Planificação Coordenação Responsabilidade Universalidade Integração Descentralização Participação Equipa Parceria
	32. Identificar os princípios operativos que orientam a acção do animador sociocultural	Princípios operativos: conhecimento da realidade, planificação e coordenação, responsabilidade pública, universalidade, integração, descentralização, participação	
	33. Caracterizar o trabalho em equipa e as parcerias como formas de acção do animador sociocultural	Trabalho de equipa Conceito de parceria	
5.2. Técnicas e Procedimentos			
Adquirir uma perspectiva das técnicas e procedimentos utilizados na acção do animador sócio-cultural	34. Identificar diferentes técnicas de trabalho	Técnicas grupais, de relação e de comunicação, de investigação, de avaliação e documentais	Metodologia Técnica Actividade Tarefa Saúde, Higiene e Segurança
	35. Executar diferentes técnicas de trabalho		
	36. Identificar procedimentos de saúde, higiene e segurança no trabalho	Procedimentos de protecção do próprio e dos outros Situações de risco estruturais e situacionais	

5.3. Metodologia de Projecto			
Adquirir uma perspectiva da metodologia de projecto na acção do animador sociocultural	37. Distinguir entre plano, programa, projecto, actividade e tarefa	Plano, programa, projecto, actividade e tarefa	Plano Programa Projecto Actividade Tarefa Fases de um projecto Inicial Diagnóstico Planificação Execução Avaliação Final
	38. Identificar as fases de construção de um projecto	Fases de um projecto: conhecimento, informação, consciencialização, participação, formação, organização, projecção e articulação, avaliação	
	39. Elaborar projectos	Guia para a elaboração de projectos Estrutura organizativa e de gestão de um projecto	

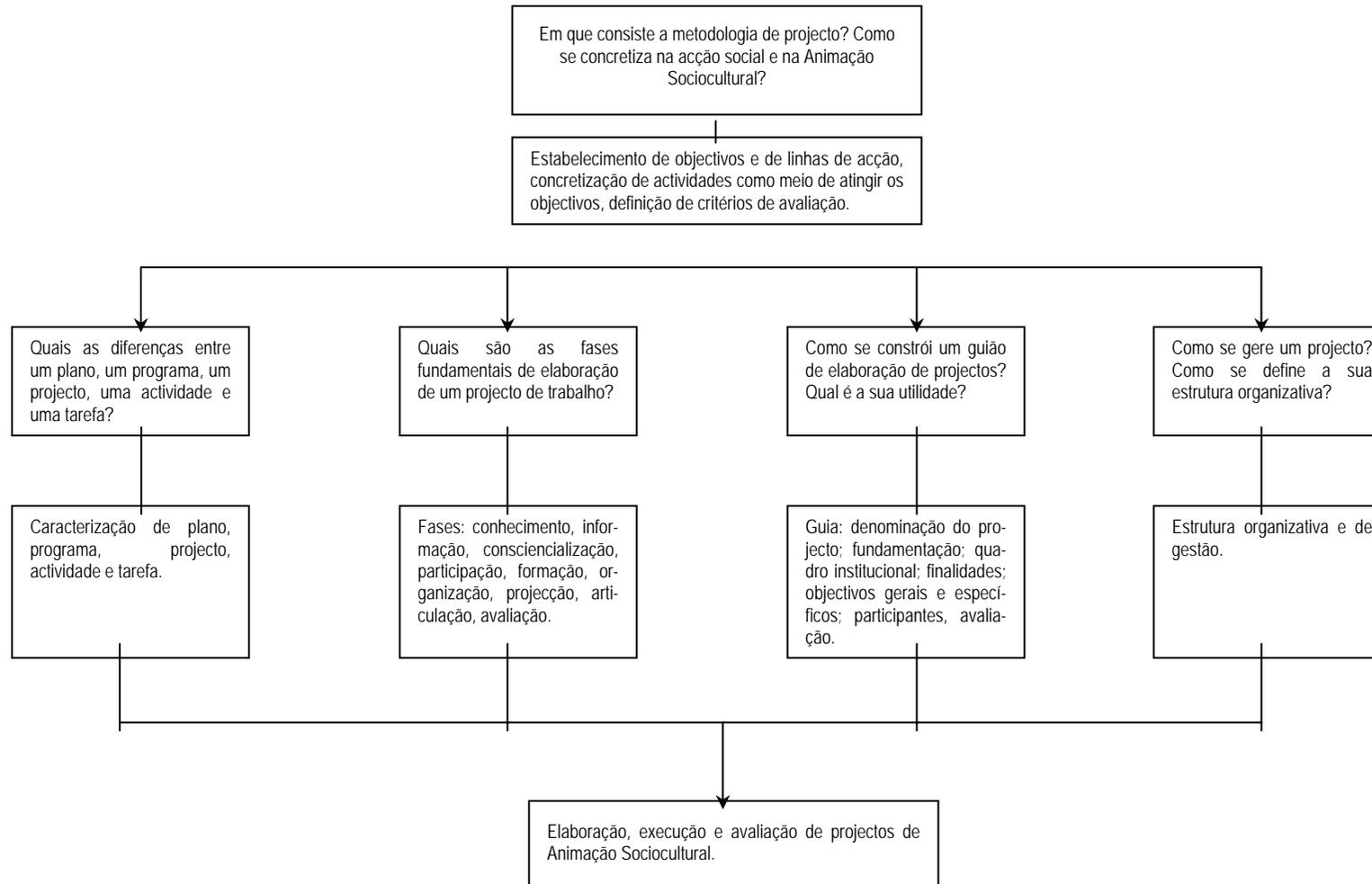
5.1. Princípios Ideológicos e Operativos – Roteiro de trabalho



5.2. Técnicas e Procedimentos – Roteiro de trabalho



5.3. Metodologia de Projecto – Roteiro de trabalho



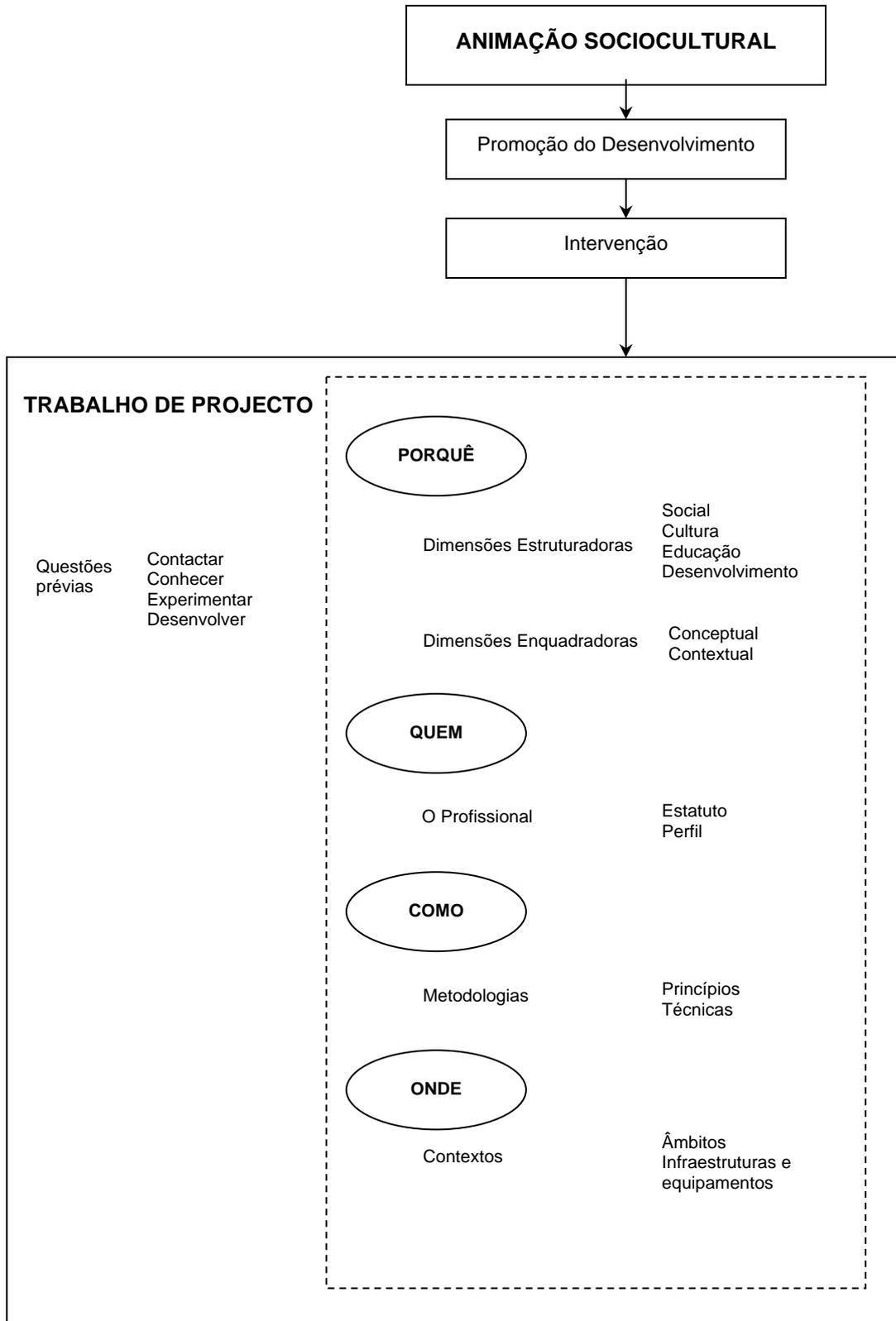


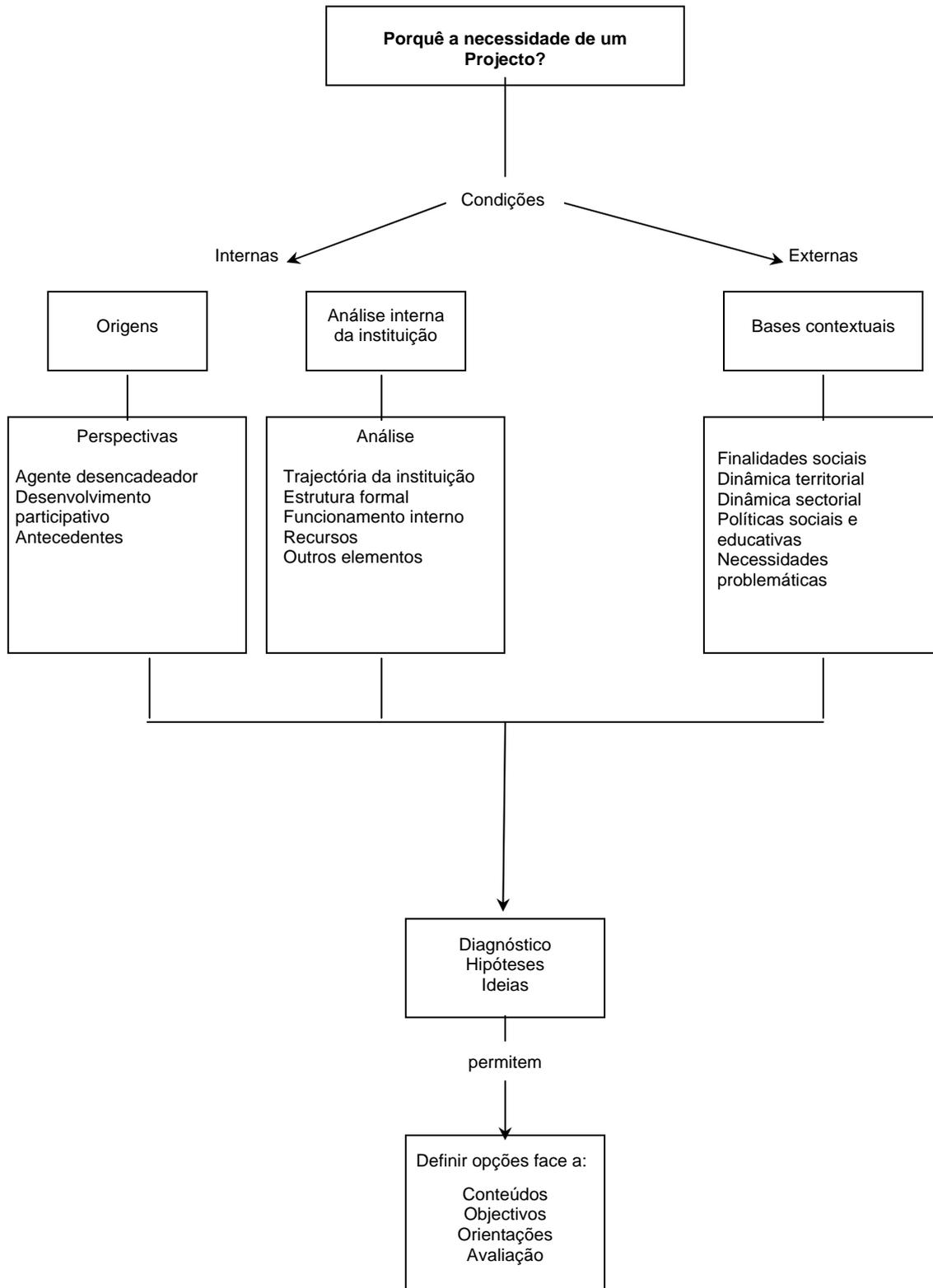
TEMA 6. DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS

Compreender e experimentar a acção do Animador Sociocultural

Objectivos Gerais	Objectivos de Aprendizagem No final deste tema, os alunos deverão ser capazes de:	Conteúdos	Palavras-Chave
Desenvolver projectos de Animação Sociocultural	40. Analisar e discutir projectos de Animação Sócio-cultural	Análise e discussão de documentos	Projecto Participantes Instituição Recursos Equipa Parcerias Avaliação Relatório
	41. Caracterizar instituições e situações passíveis de elaboração de projectos de Animação Sociocultural	Elaboração de análises de situação e institucionais	
	42. Identificar recursos necessários à elaboração de projectos de Animação Sociocultural	Identificação de recursos	
	43. Desenvolver projectos de Animação Sociocultural	Desenvolvimento de projectos	

Desenvolvimento de Projectos – Roteiro de trabalho





Nota geral: A ideia é fornecer um modelo para elaborar um projecto de ASC de modo a que posteriormente cada um dos alunos possa construir uma forma de desenhar os seus próprios projectos (tendo sempre em vista o triângulo contratual: animador, destinatários e instituição).

Identificação do ponto de partida

1) Antecedentes e situação interna da organização

A **origem** do projecto é definida como o que permitiu a possibilidade de pensar num projecto para intervir em determinada realidade social. Permite um conhecimento sobre as situações que podem condicionar o esboço do projecto. Dito de outra maneira, permite uma reflexão sobre os condicionantes positivos e negativos, o que implica um melhor desenho da intervenção social.

A **análise interna da instituição** gestora. Este ponto é baseado na ideia de que não se pode esboçar um projecto à margem da realidade da organização que vai assumir o seu desenvolvimento (não esquecer que os projectos de ASC, por definição, buscam incrementar a criatividade e a originalidade). Esta análise é um processo clássico de detecção dos limites e possibilidades para ponderar os conteúdos, objectivos e prioridades da acção. O resultado do processo da análise interna da organização promotora permite definir pontos fortes e débeis.

2) Bases contextuais do projecto

Este **contexto** representa o conjunto de circunstâncias nas quais vamos intervir. Permite clarificar muitas das opções que vão ser propostas. Permite demonstrar que o projecto vai de encontro às necessidades reais onde vai ser posto em prática. Permite a sua justificação social. Permite fundamentar e argumentar a necessidade do projecto e a sua função social. Ressalta-se a relação dialéctica contexto/projecto.

Por um lado, o projecto é o resultado da realidade, por outro surge como resposta a diferentes situações da realidade.

São aspectos a ter em conta: as finalidades sociais (valores que fundamentam o projecto), a dinâmica territorial (instituição, bairro, região, etc.) e a dinâmica sectorial (infância, juventude, etc.).

Os pontos 1) e 2) implicam definir uma opção depois de analisar os antecedentes e os factores contextuais. Responde à questão do que se vai realizar com os seus conteúdos e objectivos, assim como a sua orientação ou linha pedagógica.

3) Conteúdos, Objectivos e Orientação do Projecto

Distinguir muito bem entre conteúdos e objectivos porque os mesmos conteúdos podem servir objectivos diferentes.

São aspectos a ter em conta: conteúdos e a sua descrição; orientação e o marco conceptual; objectivos; a previsão da avaliação.

Neste momento temos: a decisão das opções a tomar a diferentes níveis e a sua justificação pela dialéctica contexto/projecto.

A partir de agora a pergunta é: como levar a cabo o projecto, como concretizá-lo, ou seja, a gestão do projecto, ou, melhor ainda, as opções de gestão do projecto.

4) Modelos de gestão e agentes implicados

Como é definido o modelo de gestão? Trata-se de uma estrutura organizativa e jurídica que regula o funcionamento do projecto. Quais são as formas possíveis de gestão? Que agentes sociais vão intervir?

5) Factores de gestão do projecto

Como definir gestão? Tomada de decisões entre um conjunto de recursos, possibilidades, técnicas e instrumentos que se põem à disposição de um objectivo final.

Factores a ter em consideração:

Planificação e programação – sequência das intervenções; ou seja, actua num eixo temporal nas diferentes fases ou etapas de projecto.

Factores jurídicos – legislação e seguros.

Factores organizativos e recursos humanos – a estrutura da organização formal passa pelo estatuto, regulamentos e organigrama; a circulação da informação, condições de trabalho, número de pessoas necessárias, níveis de responsabilidade, formação permanente, distribuição de funções.

Factores infraestruturais e técnicos – espaços disponíveis e/ou alternativos, alterações a fazer nesses espaços, equipamento técnico de acordo com a finalidade do programa, mobiliário, segurança.

Gestão da imagem e da comunicação – implica um estudo detalhado da forma e do conteúdo da mensagem que se pretende transmitir. Campanhas de difusão, publicidade, folhetos, etc.

Gestão das relações – relação do projecto com o meio, com a administração pública, com outras instituições, com meios de comunicação, com o grupo-alvo e relações internas.

Factores financeiros – forma de gestão económica, proveniência e tipologia do financiamento, balanço económico.

Factores éticos e deontológicos – a relação entre ética e a intervenção SC é um campo pouco estudado, no entanto há factores a respeitar: deontologia profissional que se exige, segredo profissional, legitimidade da intervenção, protecção dos direitos individuais, direito de reclamação por parte do alvo do projecto.

Outros factores específicos – aspectos relacionados com outros sectores da vida social que é importante ter em conta em alguns projectos: factores sanitários, educativos, compensatórios.

Processo de avaliação – criar um processo de avaliação, a forma de avaliação do processo que tem a ver com o impacto e os resultados; elementos técnicos da avaliação que têm a ver com registos, indicadores e gráficos; planificação temporal da avaliação.

7) Reflexão final

Deve ter em conta três vertentes principais:

Uma **interna** – concretização e planificação das opções tomadas e uma **externa** – que tem a ver com apresentação, conhecimento, visibilidade e negociação. A última vertente relaciona-se com os **efeitos na população-alvo**.

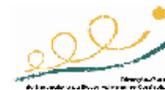
IV – Bibliografia

As linhas orientadoras que presidiram à organização da bibliografia foram as seguintes:

- 1) Indicam-se, sempre que elas existam, obras de autores portugueses ou obras traduzidas em língua portuguesa, embora a bibliografia nesta área não seja abundante.
- 2) Para além das obras em língua portuguesa, tentou diversificar-se a origem linguística das obras referenciadas.
- 3) Apresentam-se algumas obras direccionadas exclusivamente aos alunos. Isso não exclui a possibilidade de eles lerem outros textos mais elaborados e inclusive noutras línguas, por exemplo, com a colaboração do professor de língua estrangeira. Esta questão coloca-se da mesma forma para a consulta de sítios na Internet. A recusa de lidar com material escrito noutras línguas deve ser trabalhada e progressivamente eliminada com o apoio dos diferentes professores.
- 4) Nem sempre as obras referenciadas são acessíveis. No entanto, hoje em dia, a aquisição de obras através da Internet ou das grandes livrarias (que também elas possuem sítios na Internet) é bastante simples e rápida.
- 5) Pretendeu-se que a bibliografia não fosse um mero acumular de obras sobre o mesmo assunto, mas que cada uma delas tivesse um carácter específico, privilegiando-se, por isso, a diversidade e a complementaridade. Outro critério relacionado com os anteriores, e que presidiu à selecção das obras, foi a sua simplicidade.

No primeiro ponto da bibliografia indicam-se obras gerais que abrangem todos os temas propostos no programa, mas que poderão ser utilizadas para apoiar temas particulares.

No segundo ponto indicam-se algumas obras que desenvolvem e aprofundam os assuntos propostos para cada tema. Não sendo imprescindível a sua consulta, em algumas situações trata-se de obras de grande interesse para os alunos, das quais poderão trabalhar pequenos extractos.



1.1. Obras gerais

Kuper, A. & Kuper, J. (Eds.) (1996). *The Social Science Encyclopedia* (2.^a ed.). Londres: Routledge.

1.2. Obras temáticas

Aguilar, M. J. & Ander-Egg, E. (1995). *Avaliação de Serviços e Programas Sociais* (2.^a ed.). Petrópolis: Vozes.

O que neste livro é especialmente relevante é a apresentação clara e objectiva que os autores fazem sobre os aspectos relacionados com a avaliação, nomeadamente a sua definição, tipologia e objectivos, em relação estreita com os projectos de intervenção social.

Almeida, J. F. *et al.* (1992). *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal* (2.^a ed.). Oeiras: Celta.

Abordagem clara e ao mesmo tempo aprofundada sobre a pobreza e a exclusão social. É bastante útil para todos aqueles que, de alguma forma, estão académica ou profissionalmente relacionados com o combate à exclusão social.

Ander-Egg, E. (1995). *Diccionario del Trabajo Social* (2.^a ed.). Buenos Aires: Lumen.

Excelente dicionário de termos sociais que previne a utilização confusa e baralhada de muitos termos ligados ao serviço social, em particular, e à Animação Sociocultural, em geral.

Ander-Egg, E. (1995). *Introdução ao Trabalho Social*. Petrópolis: Vozes.

O autor, especialista na matéria, defende a necessidade de uma construção reflexiva sobre o trabalho social. O que é relevante é a actualidade sobre a profissão.

Ander-Egg, E. (1998). *Como elaborar um projecto. Guia para desenhar projectos sociais e culturais* (1.^a ed.). Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social.

Trata-se de um excelente guia para elaborar projectos. Está muito bem organizado, com a vantagem de estar traduzido para português. A sua linguagem clara e simples facilita a utilização por principiantes na matéria.

Ander-Egg, E. (1999). *El Léxico del Animador*. Madrid: Editorial CCS.

Uma forma interessante de apresentar um dicionário de expressões relacionadas com a Animação Sociocultural, com o rigor conceptual que este autor já nos habituou.

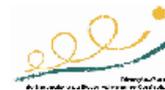
Associação de Profissionais de Serviço Social (1992). *Revista do Serviço Social*. «Serviço Social anos 90», 1. Lisboa: autor.

Associação de Profissionais de Serviço Social (1993). *Revista do Serviço Social*. «O Serviço Social e as Autarquias», 5/6. Lisboa: autor.

Barreto, A. *et al.* (1996). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Bruto da Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Este livro apresenta as noções e ideias sobre a exclusão social e a sua relação com a cidadania e a democracia, na perspectiva das ciências sociais.



Cabral, M. V. & Pais, J. M. (1998). *Jovens Portugueses de Hoje*. Oeiras: Celta.

Carreira, H. M. (1996). *As Políticas Sociais em Portugal* (2.^a ed.). Lisboa: Gradiva.

Cembranos, F. *et al.* (1992). *La Animación Social, Una Propuesta Metodológica*. Madrid: Editorial Popular.

Este livro é um clássico na bibliografia da Animação Sociocultural. Aborda o essencial das questões metodológicas, em especial no que se refere à análise da realidade e planificação dos processos socioculturais.

Crespi, F. (1997). *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Estampa.

Aborda questões relacionadas com a relação entre a acção social, do ponto de vista sociológico, e a cultura. Poderá ser interessante como livro de apoio para o professor.

Costa, A. F. (1992). *O que é a Sociologia*. Lisboa: Difusão Cultural.

Fernández, J. (2000). *Programas de Animación Sociocultural. Tres instrumentos para su diseño y evaluación* (2.^a ed.). Madrid: Narcea.

Garcia, J. L., Jerónimo, H. H. & Amaro, M. I. (2000). *Estranhos. Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*. Oeiras: Celta.

Guerra, I. (s/d.). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção. O planeamento da acção*.

Livro de grande relevância sobre as questões ligadas ao planeamento da acção, onde são abordados os aspectos relacionados com a definição de critérios para a elaboração de projectos e a metodologia participativa de projecto. Excelente.

Instituto Superior de Serviço Social (1998/99). *Revista de Intervenção Social*, 15/16/17/18. Lisboa: autor.

Jardim, J. (2002). *O Método da Animação. Manual para o Formador*. Porto: Ave.

Ketele, J.-M. (1994). *Guia do Formador*. Lisboa: Instituto Piaget.

Kisnerman, N. (1998). *Pensar el trabajo Social, Una introducción desde el construccionismo* (2.^a ed.). Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas.

É um manual de serviço social, em que se abordam os aspectos mais importantes relacionados com o tema: o social, a questão social, o que é o trabalho social. Está muito bem organizado e será um bom livro de apoio e consulta da especialidade.

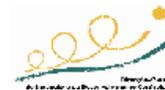
Macedo, B. (1995). *A Construção do Projecto Educativo de Escola* (1.^a ed.). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Martinez, J. (1991). *Trabajo Social y Animación Sociocultural. La dimensión pedagógica de la acción Social*. Valencia: Nau Llibres.

Uma exploração interessante sobre a relação existente entre o trabalho social e a animação sociocultural, com especial destaque para o desenvolvimento comunitário.

Ministério da Educação (1998). *Educação, Integração, Cidadania. Documento Orientador das Políticas para o Ensino Básico*. Lisboa: autor.

Pérez, V. (1993). *Fuentes de la Animación Sociocultural en Europa*. Madrid: Editorial Populares.



Obra que oferece uma boa panorâmica sobre as fontes da Animação Sociocultural no continente europeu, nomeadamente em França. Aborda tanto o sentido da animação sociocultural, como o seu desenvolvimento histórico.

Pinto, J. M. & Silva, A. S. (1996). *Metodologia das Ciências Sociais* (8.ª ed.). Lisboa: Edições Afrontamento.

Quintana, J. (1997). *La Animación Comunitaria*. Buenos Aires: Lumen-Humanitas.

Riches, L. R. (1997). *La definición de lo social*. Buenos Aires: Lumen-Humanitas.

Esta obra faz parte de uma colecção que tem como destinatários estudantes e profissionais sensibilizados para os problemas sociais. A simplicidade na abordagem da definição do social é um excelente auxílio para esta reflexão.

Rocher, G. (1999). *Sociologia Geral. A Acção Social* (6.ª ed.). Lisboa: Editorial Presença. Aqui se apresenta um conjunto de conceitos importantes, tais como: a interacção social, a cultura, a socialização e a acção social enquanto objecto de estudo sociológico e não enquanto instrumento de intervenção da política social.

Rodrigues, F. & Stoer, S. (1998). *Entre a Parceria e o Partenariado. Amigos, amigos negócios à parte*. Oeiras: Celta.

Sebastião, J. (1998). *Crianças da Rua. Modos de Vida Marginais na Cidade de Lisboa*. Oeiras: Celta.

Souza, M. L. (1989). *Desenvolvimento de Comunidade e Participação* (6.ª ed.). São Paulo: Cortez Editora.

Strecht, P. (1997). *Crescer Vazio* (2.ª ed.). Lisboa: Lisgráfica.

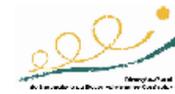
Stuart, R. (2000). *Jogos para Formadores. Desenvolvimento de Equipas*. Lisboa: Monitor.

Trilla, J. (1998). *Animación Sociocultural. Teorias, programas y ámbitos*. Barcelona: Ariel Educación.

Este é, sem dúvida, um clássico na bibliografia da especialidade. Aborda tanto o conceito de animação, como as questões metodológicas, em especial no que se refere à elaboração de projectos. Uma obra muito completa e rigorosa. A sua grande vantagem é ser bastante actual o que lhe confere grande credibilidade científica. Está muito bem organizado, poderia até ser um manual.

Viegas, J. M. & Costa, A. F. (1998). *Portugal, que Modernidade?* (2.ª ed.). Oeiras: Celta.

Woodward, K. (2000). *Questioning identity gender, class, nation*. Londres: Open University.



V – Anexos

ANEXO 1. Perfil do Técnico de Acção Social e do Animador Sociocultural

ANEXO 2. Níveis europeus de formação aplicados à Animação Sociocultural

ANEXO 3. Estatuto do Animador Sociocultural (Associação Nacional dos Animadores Socioculturais)



ANEXO 1. PERFIL DO TÉCNICO DE ACÇÃO SOCIAL

Capacidades	Competências	Tipo de Intervenção	Público-alvo	Instituições de enquadramento																												
<p>Deve apresentar as capacidades de:</p> <p>Iniciativa Cooperação Decisão Criatividade Inovação Trabalho em equipa Empatia Comunicação Espírito crítico Relacionamento interpessoal Flexibilidade Sensibilidade Responsabilidade Empenho Liderança</p> <p>De se situar sistemicamente, integrando aspectos como o trabalho sobre a cidadania e uma melhor relação com o meio ambiente</p>	<p>1. Nível do SABER (quadros de referência teóricos dos processos sociais e culturais):</p> <p>Descreve Conhece Identifica Caracteriza Relaciona Distingue Analisa Avalia</p> <p>2. Nível do SABER-FAZER:</p> <p>Promove (desenvolvimento e qualidade)</p> <table border="0"> <tr> <td>Planifica</td> <td rowspan="3"> </td> <td>Projectos e Programas</td> </tr> <tr> <td>Executa</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Avalia</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Identifica</td> <td rowspan="3"> </td> <td>Necessidades e Recursos</td> </tr> <tr> <td>Inventaria</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Mobiliza</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Apoia</td> <td rowspan="3"> </td> <td>Indivíduos</td> </tr> <tr> <td>Capacita</td> <td>Grupos</td> </tr> <tr> <td>Dinamiza</td> <td>Instituições</td> </tr> <tr> <td>Apoia</td> <td rowspan="3"> </td> <td>Comunidades</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </table> <p>Organiza Presta informações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sempre integrado numa equipa pluridisciplinar • Sempre contextualizado num território geográfico, social e cultural específico • Sempre enquadrado por uma dimensão ética do trabalho social, nomeadamente respeito pela diferença, pela cultura, pelo contexto, pela pessoa 	Planifica		Projectos e Programas	Executa		Avalia		Identifica		Necessidades e Recursos	Inventaria		Mobiliza		Apoia		Indivíduos	Capacita	Grupos	Dinamiza	Instituições	Apoia		Comunidades					<p>1. Prevenção de situações de carência e desigualdade socioeconómica e cultural, dependência e exclusão social</p> <p>2. Reparação dos efeitos das situações anteriores</p> <p>3. Promoção da integração social</p>	<p>1. Grupos</p> <p>Comunidade (Crianças, Adolescentes, Adultos, Idosos)</p> <p>2. Situações-problema</p> <p>Exclusão social Dependência Marginalidade Desigualdade socioeconómica Grupos de risco/vulneráveis Analfabetismo Dificuldade de acesso às actividades de cultura e lazer</p> <p>Ao nível de:</p> <p>Deficientes Crianças negligenciadas/ maltratadas Toxicodependentes Alcoólicos Reclusos Delinquentes Acamados Sem-abrigo Desempregados Hospitalizados</p>	<p>1. Natureza</p> <p>Estatais Autarquias (Juntas e Câmaras) I.P.S.S. Misericórdias Cooperativas Associações O.N.G. Empresas (privadas e públicas)</p> <p>2. Âmbito</p> <p>Desenvolvimento local Creches Jardins de infância Escolas (ensino básico e secundário) Lares Centros (de dia e de convívio) Centros (lúdicos e de recursos educativos) Centros multiusos Centros culturais Bibliotecas Hospitais Centros de saúde Clínicas Termas Centros Regionais de Segurança Social Instituto de Emprego e Formação Profissional Estabelecimentos prisionais Institutos de reinserção social Equipamentos relacionados com o património cultural</p>
Planifica		Projectos e Programas																														
Executa																																
Avalia																																
Identifica		Necessidades e Recursos																														
Inventaria																																
Mobiliza																																
Apoia		Indivíduos																														
Capacita		Grupos																														
Dinamiza		Instituições																														
Apoia		Comunidades																														

PERFIL TÉCNICO DO ANIMADOR SOCIOCULTURAL

1. Descrição geral

O Animador Sociocultural é um profissional que intervém em situações de promoção do desenvolvimento e da qualidade de vida das populações, criando desejo e necessidade de participação social. Desenvolve, integrado em equipas multidisciplinares, projectos e programas, em parceria, de dinamização e de apoio a indivíduos, grupos, instituições e comunidades, no âmbito social, cultural e educativo. O animador exerce o papel de interventor e de mediador entre as necessidades da população, estejam estas ou não em situação de carência, de desigualdade ou de exclusão social, e os meios para as suprir. São elementos básicos da actividade de animação, o **animador**, como provocador, facilitador ou mediador, uma **acção**, um elemento dinâmico de transformação ou mudança e um **destinatário**, indivíduos, grupos, instituições ou comunidades.

2. Âmbitos de intervenção

Os âmbitos de intervenção do Animador Sociocultural são:

- 1) o cultural, ao nível do desenvolvimento da criatividade, expressão, lazer ou arte, centrado nas actividades;
- 2) o educativo, ao nível do desenvolvimento pessoal, mudança de atitudes, sentido crítico, consciencialização, responsabilização, sensibilização e motivação, centrado nas pessoas;
- 3) o social, ao nível da participação, transformação, mobilização, integração, centrado nos grupos, instituições e comunidades.

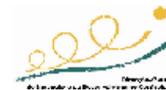
3. Actividades principais

- 1) Identifica, inventaria e mobiliza necessidades;
- 2) Planifica, executa e avalia projectos e programas, em parceria, em espaços e infraestruturas artísticas, culturais, sociais, de cidadania ou educativas.

ANEXO 2. Níveis europeus de formação aplicados à Animação Sociocultural

	Competências	Formação	Perfil
Nível I	Execução simples. Conhecimentos e capacidades muito limitados	Escolaridade obrigatória Iniciação profissional (ocupacional)	Auxiliares, voluntários e colaboradores em organizações e associações socioculturais
Nível II	Qualificação completa para uma actividade precisa, manuseando instrumentos e técnicas muito precisas	Escolaridade obrigatória Preparação profissional Aprendizagem no terreno	Monitores de tempos livres Técnicos de animação
Nível III	Execução autónoma com responsabilidades de programação e de coordenação	Escolaridade obrigatória Formação técnica e profissional e/ou de nível secundário	Animador sociocultural Técnico superior de animação sociocultural
Nível IV	Responsabilidades de concepção, direcção e gestão. Domínio dos fundamentos tecnológicos	Formação secundária geral ou técnico-profissional superior Formação pós-secundária	Diploma de nível superior em educação social (especialização em animação sociocultural)
Nível V	Plena autonomia no exercício profissional com domínio dos seus fundamentos científicos	Formação secundária geral ou profissional de nível superior Formação superior completa	Licenciado ou pós-graduado em pedagogia social (especialização em animação sociocultural)

Fonte: Trilla, J. (1998). *Animación Sociocultural*, p. 83.



ANEXO 3.

Estatuto do Animador Sociocultural (Associação Nacional dos Animadores Socioculturais)

Preâmbulo

Animação Sociocultural é o conjunto de práticas desenvolvidas a partir do conhecimento de uma determinada realidade, que visa estimular os indivíduos, para a sua participação com vista a tornarem-se agentes do seu próprio desenvolvimento e das comunidades em que se inserem. Animação Sociocultural é um instrumento decisivo para um desenvolvimento multidisciplinar integrado (social, económico, cultural, educacional, etc.) dos indivíduos e dos grupos.

Animador sociocultural é todo aquele que, sendo possuidor de uma formação adequada, é capaz de elaborar e/ou executar um plano de intervenção, numa comunidade, instituição ou organismo, utilizando técnicas culturais, sociais, educativas, desportivas, recreativas e lúdicas.

Capítulo I

Princípios Gerais

Artigo 1º

Âmbito de aplicação

- 1 - O Estatuto do Animador Sociocultural (ASC) aplica-se a quem exerce funções no âmbito da animação sociocultural, independentemente do sector de intervenção.
- 2 – Para efeitos da aplicação do presente Estatuto, considera-se ASC profissional aquele que é portador de qualificação profissional específica ou tendo qualificação profissional equiparada trabalha de uma forma continuada ao serviço de instituições públicas ou privadas, sendo reconhecido como tal pela entidade ou organismo empregador.
- 3 – Considera-se ASC voluntário aquele que desempenha funções de animação com pessoas e/ou comunidades, sem auferir remunerações.
- 4 – O disposto neste Estatuto é aplicável aos ASC profissionais e voluntários com as devidas adaptações.

Capítulo II

Direitos e Deveres

Artigo 2º

Direitos



1 – São garantidos aos ASC os direitos estabelecidos para os trabalhadores em geral, bem como os direitos profissionais decorrentes do presente Estatuto.

2 – São direitos profissionais do ASC:

- a) Direito de participação;
- b) Direito à formação e informação para o exercício da sua função;
- c) Direito ao apoio técnico, material e documental;
- d) Direito à segurança na actividade profissional;
- e) Direito à negociação colectiva.

Artigo 3º

Direito de participação

1 – O direito de participação exerce-se nos diferentes âmbitos da animação sociocultural.

2 – O direito de participação que, consoante os casos, é exercido individualmente, em grupo ou através de organizações profissionais ou sindicais, que venham a formar-se, compreende:

- a) O direito de participar na definição da política de animação sociocultural à escala comunitária, nacional, regional e local;
- b) O direito de intervir na orientação pedagógica dos projectos de animação sociocultural em que se encontre envolvido, bem como na escolha dos métodos, das tecnologias e técnicas de animação mais adequadas;
- c) O direito de participar em experiências de animação sociocultural, bem como nos respectivos processos de avaliação;
- d) O direito de eleger e ser eleito para organizações profissionais ou sindicais, que venham a formar-se.

Artigo 4º

Direito à formação e informação

1 – O direito à formação e informação para o exercício da sua função é garantido pelo acesso a acções de formação contínua regulares, destinadas a actualizar e aprofundar os conhecimentos e as competências profissionais e ainda à autoformação, podendo visar objectivos de reconversão profissional, bem como modalidades de progressão na carreira.

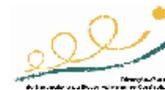
Artigo 5º

Direito ao apoio técnico, material e documental

1 – O direito ao apoio técnico, material e documental exerce-se sobre os recursos necessários à formação e informação do ASC, bem como ao exercício da animação sociocultural.

Artigo 6º

Direito à segurança na actividade profissional



1 – O direito à segurança na actividade profissional compreende a protecção por acidentes em serviço, nos termos da legislação aplicável, bem como a prevenção e tratamento de doenças que venham a ser definidas por portaria conjunta dos Ministérios da Saúde e da Qualificação e Emprego, como resultando necessária e directamente do exercício continuado da função de animador.

2 – O direito à segurança na actividade profissional compreende ainda, nos termos do disposto no artigo 385º do Código Penal, a penalização da prática de ofensa corporal ou outra violência sobre o ASC no exercício das suas funções ou por causa delas.

3 – Direito ao sigilo e confidencialidade.

Artigo 7º

Direito à negociação colectiva

1 – É reconhecido ao ASC o direito à negociação colectiva, nos termos legalmente previstos.

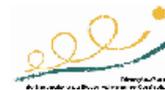
Artigo 8º

Deveres profissionais

1 – O ASC está obrigado ao cumprimento dos deveres estabelecidos para os trabalhadores em geral e dos deveres profissionais decorrentes do presente Estatuto.

2 – Decorrendo da natureza da função exercida, são deveres profissionais do animador:

- a) Contribuir para a formação e realização integral dos indivíduos, promovendo o desenvolvimento das suas capacidades, estimulando a sua autonomia e criatividade, incentivando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida da comunidade;
- b) Reconhecer e respeitar as diferenças socioculturais dos membros da comunidade, valorizando os diferentes saberes e culturas, combatendo os processos de exclusão e discriminação, promovendo a interculturalidade;
- c) Colaborar com todos os intervenientes da animação sociocultural, favorecendo a criação e o desenvolvimento de relações de respeito mútuo;
- d) Participar na organização e assegurar a realização das actividades de animação sociocultural;
- e) Sigilo profissional, respeitando a natureza confidencial da informação relativa aos cidadãos;
- f) Reflectir sobre o trabalho realizado individual e colectivamente;
- g) Enriquecer e partilhar os recursos da animação sociocultural, bem como utilizar novos meios que lhe sejam propostos numa perspectiva de abertura à inovação e de reforço da qualidade da animação sociocultural;
- h) Co-responsabilizar-se pela preservação e uso adequado das instalações e equipamentos que utilize;



- i) Actualizar e aperfeiçoar os seus conhecimentos, capacidades e competências, numa perspectiva de desenvolvimento pessoal e profissional;
- j) Cooperar com os restantes intervenientes na animação sociocultural com vista à implementação de projectos de animação;
- k) Promover as relações internacionais e a aproximação entre povos.

Artigo 9º

Disposições finais

Do presente Estatuto são parte integrante os documentos «Categorias Profissionais e Conteúdos Funcionais» e «Enquadramento Legal e Correspondência aos Níveis de Formação da EU/CEDEFOP dos Cursos de Animadores Socioculturais».

CATEGORIAS PROFISSIONAIS E CONTEÚDOS FUNCIONAIS

1. Categorias Profissionais

As categorias profissionais dos trabalhadores de Animação Sociocultural desenvolvem-se da seguinte forma:

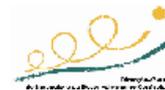
- 1.1.– Técnico Profissional de Animação Sociocultural – Carreira do grupo Técnico Profissional de acordo com o Anexo II (a que se refere o n.º 1 do artigo 13) do Dec.-Lei 412-A de 30/12/98.
- 1.2.– Técnico de Animação Sociocultural – Carreira do grupo Técnico de acordo com o Anexo II (a que se refere o n.º 1 do artigo 13) do Dec.-Lei 412-A de 30/12/98.
- 1.3.– Técnico Superior de Animação e Gestão Sociocultural – Carreira do grupo Técnico Superior de acordo com o Anexo II (a que se refere o n.º 1 do artigo 13) do Dec.-Lei 412-A de 30/12/98.

2. Acesso às Categorias Profissionais

2.1 – O acesso à categoria de Técnico Profissional de Animação Sociocultural é feito:

- a) por indivíduos habilitados com Cursos de Formação adequados, nomeadamente os Cursos de Animação nas diversas vertentes promovidos pelos Estabelecimentos de Ensino Secundário e pelas Escolas Técnico-Profissionais. Habilitação equivalente ao 12º ano.
- b) por indivíduos que se encontrem há mais de dois anos a desenvolver trabalho de Animação nas respectivas instituições mas que estejam integrados noutras categorias profissionais do grupo respectivo (Técnico-Profissional).

2.2. – O acesso à categoria de Técnico de Animação Sociocultural é feito:



- a) Por indivíduos habilitados com o Curso Superior de Animação Sociocultural ou outros cursos Superiores de Animação no domínio da intervenção social, cultural e educativa. Estes deverão conferir o grau mínimo de bacharelato.
- b) Por indivíduos que se encontrem há mais de três anos a desenvolver trabalho de Animação Sociocultural nas respectivas instituições mas que estejam integrados noutras categorias profissionais do grupo respectivo (Técnico).

2.3 – O acesso à categoria de Técnico Superior de Animação e Gestão Sociocultural é feito:

- a) por indivíduos habilitados com Curso Superior com grau de Licenciatura ou equivalente em Animação Sociocultural ou outros cursos no domínio da intervenção social, cultural e educativa, considerados adequados à natureza específica da Animação Sociocultural.
- b) Por indivíduos que se encontrem há mais de quatro anos a desenvolver trabalho de gestão e coordenação de programas e projectos de Animação Sociocultural nas respectivas instituições mas que estejam integrados noutras categorias profissionais do grupo respectivo (Técnico Superior).

Nota: As situações previstas nas alíneas b) (1b; 2b; 3b) terão apenas aplicabilidade pelo período de um ano após a entrada em vigor do presente documento.

Conteúdos Funcionais

Técnico Profissional de Animação Sociocultural

O exercício da actividade de Técnico Profissional de Animação Sociocultural insere-se no quadro das competências atribuídas aos Organismos da Administração Central, Regional e Local ou outras instituições públicas ou privadas e compreende um conjunto de funções, superiormente enquadradas, visando a intervenção junto de uma comunidade ou grupo tendo por instrumento técnicas de Animação Sociocultural e por objecto o desenvolvimento global e a integração pela via da actividade social e cultural dessa comunidade ou grupo.

O Técnico Profissional de Animação Sociocultural deverá, por isso, ter formação adequada que lhe deverá ser conferida pela formação académica apropriada e pelas diversas acções de formação contínua que deve possuir.

Este técnico está capacitado para compreender e desenvolver actividades no domínio da animação Sociocultural, podendo mesmo vir a conceber e a concretizar pequenos projectos ainda que superiormente coordenados e integrados.

Técnico de Animação Sociocultural

O exercício da actividade de Técnico de Animação Sociocultural insere-se no quadro das competências atribuídas aos Organismos da Administração Central, Regional e Local ou outras instituições públicas ou privadas e compreende um conjunto de funções podendo estas serem superiormente enquadradas ou da responsabilidade directa do Técnico de Animação Sociocultural, visando a intervenção numa comunidade ou grupo através do desenvolvimento de programas e projectos de Animação Sociocultural, recorrendo para isso a técnicas e instrumentos adequados.



Pela sua formação, o Técnico de Animação Sociocultural possui técnicas de observação e diagnóstico da realidade em que intervém de modo a definir mais adequadamente os programas e os projectos a desenvolver.

Este técnico é capaz de coordenar programas e projectos de Animação Sociocultural, articulando o trabalho de forma activa e integrada com as diversas áreas de intervenção e os diferentes agentes.

Técnico Superior de Animação e Gestão Sociocultural

O exercício da actividade de Técnico Superior de Animação e Gestão Sociocultural insere-se no quadro das competências atribuídas aos Organismos da Administração Central, Regional e Local ou outras instituições públicas ou privadas e compreende um conjunto de funções na definição de Planos e Programas de intervenção no domínio Sociocultural

O Técnico Superior de Animação e Gestão Sociocultural domina as técnicas de análise da realidade definindo estratégias para a sua intervenção através dos recursos possíveis. Coordena equipas de Técnicos de Animação Sociocultural e/ou Técnicos Profissionais de Animação Sociocultural ou outros. Projectos de gestão tais como núcleos museológicos, equipamentos culturais e desportivos (teatros, cinemas, piscinas, complexos desportivos, etc.) são da responsabilidade destes técnicos pois deverão possuir formação específica para o efeito.

Nota Final: Este documento aplica-se apenas à Administração Central, Regional e Local.